

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

THIAGO AGUIAR DE MORAES

**OS DISCURSOS DA CLASSE EMPRESARIAL BRASILEIRA NA REVISTA
DEMOCRACIA E EMPRÊSA DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E
SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (1962-1964)**

PORTO ALEGRE

2009

THIAGO AGUIAR DE MORAES

**OS DISCURSOS DA CLASSE EMPRESARIAL BRASILEIRA NA REVISTA
DEMOCRACIA E EMPRÊSA DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E
SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (1962-1964)**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito final para obtenção do título de Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira

PORTO ALEGRE
2009

Aos meus pais e irmã, pela minha
eterna dívida de ausência nos momentos
de trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Helder da Silveira, cuja orientação fez com que este trabalho fosse possível, e pelo verdadeiro exemplo de docente e de ser humano ao longo de minha vida acadêmica.

À minha mãe, Sônia, pela sensibilidade de sempre e pela presença marcante na vida de todos os que a cercam.

À meu pai, Julio, pelas boas discussões, que me ajudaram a desenvolver argumentos com mais facilidade ao longo destes anos de estudo.

À minha irmã, Michelle, pelas salas de aula de ontem, de hoje e de sempre.

À Carolina, pela influência na minha opção pela História, pelo apoio e pelo carinho.

À todos os amigos e colegas que me acompanharam durante esta trajetória no curso de História. Muito obrigado pelo carinho e pelas conversas nas horas difíceis. Este trabalho com certeza não seria possível se não fosse a presença constante e prazerosa de todos. Vocês sabem quem são: muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os conteúdos da revista *Democracia e Empresa*, produzida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL), especificamente nos anos de 1962-1964, no contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart levada a cabo pela classe empresarial brasileira. Seu objetivo específico é compreender a história do IPESUL. O IPESUL era um “braço” do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), órgão criado em 1961 pouco depois da renúncia de Jânio Quadros para produzir propaganda contra João Goulart e apoiar opositores deste. Tais Institutos formavam parte das direitas no contexto pré-golpe, e tinham relações com a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por exemplo. A produção e ação do IPÊS e do IPESUL eram voltadas para a conquista do Estado pela classe empresarial e pelos militares conservadores, que compunham tais órgãos. Esta mobilização culminou no golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Governo João Goulart; IPÊS; IPESUL.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – “Humanização do Trabalho”	33
Tabela 2 – “Democracia” versus “Comunismo”	44
Tabela 3 – Problemas Brasileiros.....	58

LISTA DE SIGLAS

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP – Ação Democrática Parlamentar
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CONCLAP – Conselho das Classes Produtoras
CONSULTEC – Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DSI – Doutrina Social da Igreja
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FJD – Frente da Juventude Democrática
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul
MSD – Movimento Sindical Democrático
PCB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PEI – Política Externa Independente
PL – Partido Libertador

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SESI – Serviço Social da Indústria

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O PROCESSO QUE DESENCADEOU A CAMPANHA DE DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO DE JOÃO GOULART.....	14
1.1 CONTEXTO GERAL.....	14
1.2 O IPÊS.....	24
1.3 O IPESUL.....	26
2 “HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO”.....	31
2.1 “HARMONIZAÇÃO” ENTRE CAPITAL E TRABALHO.....	34
2.2 “DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL”.....	37
2.3 AS EMPRESAS PRIVADAS E SUA IMAGEM FRENTE AO PÚBLICO.....	40
3 “DEMOCRACIA” VERSUS “COMUNISMO”.....	43
3.1 EMBATES ENTRE O “MUNDO LIVRE” E O “MUNDO COMUNISTA”.....	46
3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A DEFESA DO “OCIDENTE CRISTÃO”.....	50
4 PROBLEMAS BRASILEIROS.....	55
4.1 O “POPULISMO” E O “COMUNISMO”.....	59
4.2 AS REFORMAS DE BASE.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
FONTES DOCUMENTAIS.....	73
ANEXOS.....	74

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu através da participação em eventos científicos sobre História, em específico o XXIV Simpósio Nacional de História. Pretendia fazer uma monografia a respeito de algum tema dentro do período da ditadura civil-militar. Tive o primeiro contato com o livro *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*¹, de René Armand Dreifuss, que fala sobre a campanha de desestabilização do governo de João Goulart levada a cabo entre 1961 e 1964 e que culminou com a conquista do Estado por parte da classe empresarial. Assim, pensei em trabalhar com este contexto pré-golpe. Foi com o mesmo livro que soube da existência do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL). Ambos produziam propaganda contra João Goulart, na tentativa de abalar seu Executivo.

No Apêndice X deste livro² há uma fonte primária produzida pelo IPESUL, na qual consta a sede do mesmo, que era no Palácio do Comércio, onde hoje funciona a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCERGS) e a Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL). Procurei informações e documentos relativos ao IPESUL neste local por semanas e não encontrei.

Em uma pesquisa aprofundada pelo termo “IPESUL” no sistema de busca da Google, pude encontrar referência³ a uma publicação deste Instituto denominada *Democracia e Empresa*. Alguns dias depois, ao procurar na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), encontrei as revistas*. Trata-se de um mensário que circulou de 1962 até 1971, mudando de nome para *Desenvolvimento e Empresa* em 1970. Era composto por uma seleção de notícias e artigos de jornais e revistas em grande parte anticomunistas, além de textos criados pelo próprio IPESUL. A partir daí, defini que utilizaria tais revistas como fonte para problematizar os discursos da

¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

² Ibid., ps. 749-750.

³ RODRIGUES, Rubem. *Do outro lado do riacho: a história da cardiologia no Rio Grande do Sul*. Vol. 1. Porto Alegre: AGE, 2001, p.103.

* A coleção está completa na biblioteca da UFRGS. Na da PUCRS faltam 7 edições: os números 3, 4 e 5 do ano I, o número 8 do ano I, o número 12 do ano IV, e os números 1 e 2 do ano V.

classe empresarial brasileira entre 1962-1964, no contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os discursos da revista *Democracia e Empresa* nos anos de 1962-1964, no contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart levada a cabo pela classe empresarial. Seu objetivo específico é compreender a história do IPESUL.

Para tanto, escolhemos 18 revistas para analisar, que vão de outubro de 1962 até março de 1964. Realizamos uma leitura geral dos 287 artigos contidos nestas revistas e, após, criamos 3 categorias de análise. São elas: *“Humanização do Trabalho”*, *“Democracia” versus “Comunismo”*, e *Problemas Brasileiros*. A primeira se refere à reestruturação da organização empresarial no período estudado, que recomendava ações em benefício de uma suposta “terceira via”^{*} entre o capitalismo e o “comunismo”. A segunda está relacionada à caracterização dos dois modelos e ao embate entre suas idéias realizado na revista, onde sempre era defendida a “democracia”. A terceira contém os artigos que focavam principalmente os problemas relacionados às reformas de base e à atuação do Estado, e criticava fortemente o governo de João Goulart e sua administração. As categorias possuem, respectivamente, 42, 75 e 74 artigos. Destes, selecionamos, respectivamente, 7, 8 e 6 para uma análise mais aprofundada.

Nossos referenciais teóricos são René Armand Dreifuss, com a obra *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*⁴, e John B. Thompson, com a obra *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*⁵. O primeiro para pensarmos o processo de conquista do Estado realizado pela classe empresarial em conjunto com os grupos conservadores do setor militar, que culminou no golpe de Estado civil-militar de 1964. O segundo para embasarmos teoricamente a nossa análise do conteúdo da revista.

Thompson propõe um conceito de ideologia que contempla a carga histórica da formação do próprio conceito. O autor divide as diversas utilizações do conceito de ideologia em *concepções neutras*, onde esta é apenas “um aspecto da vida

^{*} É importante ressaltar que a defesa da “terceira via” que identificamos nas revistas e é analisada nesta pesquisa não tem relação com as idéias defendidas por Anthony Giddens sobre a social-democracia no mundo. Trata-se de uma questão focada no Brasil entre 1962-64. Sobre as idéias de Giddens a respeito da “terceira via”, ver: GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁴ DREIFUSS, René Armand. op. cit.

⁵ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

social”⁶, e *concepções críticas*, as quais “implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia (...) é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito”.⁷ O autor se apóia na *concepção crítica* para elaborar o seu conceito, pois defende ser importante manter a crítica às relações de dominação, que só está presente nesta concepção.

Thompson se interessa pelas formas simbólicas, que são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”⁸, como os artigos que analisaremos. Assim, “o que nos interessa aqui não é (...) a verdade ou a falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação”.⁹ Ou seja, há um contexto estruturado¹⁰ no qual as formas simbólicas circulam, e é especificamente dentro deste marco espaço-temporal que pretendemos analisá-las. Além disso, interpretaremos tais formas a partir de suas próprias lógicas, e analisaremos a mobilização de sentido efetuada sobre estas dentro do contexto específico. O autor propõe, então, “conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação”.¹¹ Optamos por trabalhar com relações de dominação entre classes, embora Thompson advirta que existem outros tipos.¹²

Existem diversas maneiras pelas quais “o sentido pode servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação”¹³, e Thompson defende a existência e caracteriza 5 modos de operação da ideologia e algumas estratégias típicas de construção simbólica relativas a cada um destes.¹⁴ Nesta pesquisa, identificaremos tais estratégias e, através destas identificações, cruzadas com o contexto estruturado no qual as formas simbólicas se inserem, realizaremos

⁶ Ibid., p. 72.

⁷ Ibid., p. 73.

⁸ Ibid., p. 79.

⁹ Ibid., p. 77.

¹⁰ Ibid., p. 79.

¹¹ Idem. (grifos no original).

¹² Ibid., p. 77.

¹³ Ibid., p. 80.

¹⁴ Ibid., ps. 81-89.

inferências sobre a possibilidade destas estabelecerem ou sustentarem relações de dominação sistematicamente assimétricas¹⁵, sendo, portanto, ideológicas.¹⁶

Neste trabalho, pensamos ser razoável supor que a localização social¹⁷ dos possíveis leitores da revista é a própria classe empresarial. As matérias selecionadas para a composição de *Democracia e Empresa*, sejam de jornais, revistas, palestras ou mesmo criadas pelo IPESUL, são voltadas para os empresários, e não para os trabalhadores. São orientações e debates que interessavam especificamente à classe empresarial, visto que havia um grande debate sobre a função social da empresa privada e as condições da possibilidade de intervenção estatal na economia no governo de João Goulart. O próprio título da revista dá o tom do tipo de conteúdo que podemos encontrar nesta. Portanto, não trabalharemos com a idéia de que as classes populares liam a revista e poderiam, ou não, ser dominadas por seus discursos, de acordo com suas diferentes recepções destes, mas com a premissa de que era a própria classe empresarial que a lia e que tais formas simbólicas geravam sentido e serviam como elementos de coesão para a conquista do Estado que tal classe estava efetuando.

É importante enfatizar que, quando nos referirmos à sociedade civil ao longo dos capítulos, entendemos este conceito como uma oposição entre a sociedade civil e os militares.

No Capítulo 1, apresentaremos o contexto estruturado no qual a nossa pesquisa se insere, de acordo com a idéia de Thompson explicitada acima. Faremos uma ampla contextualização desde o período do pós-guerra até o golpe civil-militar de 1964, para que possamos compreender o processo na sua complexidade. Além disso, exporemos algumas informações sobre a formação do IPESUL e suas inter-relações com o contexto regional e nacional. Os capítulos seguintes se referem às categorias de análise que explicitamos anteriormente.

O Capítulo 2 se refere à reorganização empresarial realizada no contexto pré-golpe, associada à idéia de uma “terceira via” entre o capitalismo e o “comunismo” que seria benéfico para o desenvolvimento da “democracia” e, portanto, digna de apoio, na visão da classe empresarial brasileira.

¹⁵ Ibid., p. 80.

¹⁶ Ibid., p. 76.

¹⁷ Ibid., ps. 79-80.

No Capítulo 3 abordaremos o embate entre as idéias referentes à “democracia” e ao “comunismo” nos artigos da revista. Estudaremos a caracterização dos dois sistemas na ótica da classe empresarial e sua opção pela defesa da “democracia”.

O Capítulo 4 se refere aos problemas brasileiros do período, às reformas de base, ao governo de João Goulart e à visão da classe empresarial brasileira a respeito destes problemas e do governo vigente.

1 O PROCESSO QUE DESENCADEOU A CAMPANHA DE DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

A presente pesquisa trabalhará com os discursos da classe empresarial brasileira na revista *Democracia e Empresa* nos anos de 1962-1964. O termo “empresário”, na perspectiva de René Armand Dreifuss, “inclui industriais, banqueiros e comerciantes. Os próprios industriais, banqueiros e comerciantes brasileiros empregam-no para se referir às suas associações de classe e seus membros”¹⁸. John B. Thompson trabalha com a idéia de que “as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados”.¹⁹ Dentro desta perspectiva, iniciaremos esta pesquisa apresentando um panorama geral dos anos referentes ao nosso recorte temporal. Para tanto, é necessário que compreendamos o processo histórico que vai do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que nos remete à Guerra Fria e, no caso do Brasil, à redemocratização, até o golpe civil-militar de 1964. Nosso propósito neste capítulo é, através da explanação deste processo, evidenciar as condições históricas que levaram à campanha de desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964) levada a cabo por setores do empresariado brasileiro, o que nos possibilita contextualizar as formas simbólicas escolhidas de modo mais preciso.

1.1 CONTEXTO GERAL

A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se bipolarizou entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética. Os modelos capitalista e socialista, respectivamente, buscavam consolidar-se e expandir suas áreas de influência. Este período (que pode ter como delimitação inicial a *Doutrina Truman*, em março de 1947, da qual falaremos a seguir, e como delimitação final a dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991) foi chamado de Guerra Fria, em função da ausência de confronto militar direto entre as duas potências. Os EUA tinham receio da expansão da União Soviética. Entretanto, Eric Hobsbawm argumenta que

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 107, nota bibliográfica número 1.

¹⁹ THOMPSON, John B. op. cit., p. 79.

hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-47, que a URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] não era expansionista (...) nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5.²⁰

Quem era favorável a prosseguir com a revolução em outras regiões, com a idéia de revolução permanente, era Trotsky, e não Stálin, que estava no poder no período. Na esteira do combate à “ameaça comunista”, os EUA lançaram a *Doutrina Truman* e o *Plano Marshall*, ambos em 1947. A *Doutrina Truman* “defendia o auxílio dos EUA aos povos ‘livres’ que fossem ameaçados pela agressão ‘totalitária’ (...), tanto de procedência externa como por parte das ‘minorias armadas’”²¹, em clara referência a uma defesa do “mundo livre” contra a “ameaça comunista”. O *Plano Marshall* consistia em “empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos EUA”.²² Ou seja, num contexto em que a Europa estava destruída por causa da guerra, os EUA efetuaram uma medida de prevenção da superprodução, emprestando capital para que a Europa pudesse comprar seus produtos e para que não houvesse uma recessão econômica. Além disso, evitava que a Europa se inclinasse para o bloco soviético, tomando a iniciativa no auxílio ao continente. Desta forma, as economias européias ficaram atreladas à dos EUA, mantendo um razoável desenvolvimento econômico para este. Assim, podemos perceber que, como Hobsbawm argumenta, “a questão não era a acadêmica ameaça de dominação mundial comunista, mas a manutenção de uma supremacia americana concreta”.²³ De qualquer maneira, o discurso anticomunista mobilizou ações no mundo inteiro, como veremos no caso do Brasil.

Após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), liderada por Getúlio Vargas, houve a redemocratização do país, com a formação de 13 partidos políticos, sob os auspícios do próprio Vargas. Os principais foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), e a União Democrática Nacional (UDN). O primeiro estava mais ligado aos setores urbanos²⁴, o segundo aos setores

²⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 229.

²¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século XX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21.

²² *Ibid.*, p. 22.

²³ HOBBSAWM, Eric J. *op. cit.*, p. 234.

²⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves

agrários (oligarquias estaduais)²⁵, e o terceiro ao liberalismo e ao anti-getulismo²⁶. Os dois primeiros eram governistas e o terceiro era oposição.

O primeiro presidente eleito após o Estado Novo foi o marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Como dissemos anteriormente, no contexto de Guerra Fria, o anticomunismo mobilizou determinadas ações no Brasil. O Partido Comunista do Brasil (PCB), por exemplo, foi posto na ilegalidade em 1947²⁷ e, no mesmo ano, ocorreu o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética²⁸. Cabe lembrar que se trata do mesmo ano do início da *Doutrina Truman* e do *Plano Marshall* nos EUA. Tais fatos evidenciam um alinhamento automático do Brasil com o bloco capitalista.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram na Itália contra o fascismo, criaram a Escola Superior de Guerra (ESG), oficialmente em 1949. A ESG era “mais como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos do que uma escola de guerra”²⁹ que aceitava civis e militares, e “incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria”.³⁰ Conscientes de suas possibilidades de ação política, civis e militares estreitaram relações dentro da ESG na luta contra o “comunismo”.³¹ É importante a convergência das idéias do empresariado ligado ao capital multinacional e associado, com as dos militares.³² Houve uma grande difusão das idéias destes civis e militares, que influenciaram no golpe civil-militar de 1964. É dentro desta instituição que será desenvolvida a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com a qual iremos trabalhar no Capítulo 3.

(orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 140.

²⁵ Ibid., p. 139.

²⁶ Ibid., p. 136.

²⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 93.

²⁸ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. “As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 36, n. 2, 1993, p. 115.

²⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. op. cit., p. 108.

³⁰ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 79.

³¹ MARTINS FILHO, João Roberto. op. cit., p. 109.

³² DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 78.

Dentro de uma perspectiva gramsciana, Dreifuss* coloca que houve dois períodos no projeto para assumir o controle do Estado com o golpe civil-militar de 1964: 1) o *transformismo molecular*, que vai da criação da ESG até a renúncia de Jânio Quadros; 2) Foco em influenciar determinadas pessoas para que o João Goulart não conseguisse governar, que vai da renúncia de Jânio até o golpe civil-militar de 1964.³³

O *transformismo molecular* visava a uma doutrinação da população em relação às reformas do Estado que interessavam às empresas de capital multinacional e associado, para que essas idéias fossem internalizadas. A outra etapa consistia em uma crítica severa ao governo de João Goulart para impedir o seu Executivo de agir.³⁴

Em 1953, João Goulart, do PTB, foi escolhido Ministro do Trabalho do governo de Vargas. Era reconhecido como “comunista” pelos setores mais conservadores da sociedade devido ao seu contato mais direto com os sindicatos e trabalhadores. Todavia, era latifundiário e fazia questão de negar sua relação com o “comunismo”:

“não passa de torpe intriga o boato de que sou contra o capitalismo. À frente do Ministério do Trabalho estou pronto a estimular e a aplaudir os capitalistas que fazem de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas, dando sempre às suas iniciativas um sentido social, humano e patriótico.”³⁵

De qualquer maneira, o receio em relação às ações políticas que João Goulart poderia tomar nos cargos do governo vem de longa data. No caso, como Ministro do Trabalho, além da polarização política e econômica entre os “entreguistas” e os “nacionalistas”, Goulart propôs aumento de 100% no salário mínimo dos trabalhadores urbanos, mesmo sob protesto de militares expresso no

* Existem críticas na historiografia referente às causas do golpe civil-militar de 1964 a respeito das idéias de Dreifuss . Todavia, pensamos ser o melhor autor para embasar as nossas análises dos discursos das direitas do período, que constituíram a campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Para um levantamento das diferentes idéias a respeito das causas do golpe, ver: FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, ps. 29-60, 2004.

³³ DREIFUSS, René Armand. op. cit., ps. 106-107.

³⁴ Idem.

³⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 14-15.

Memorial dos Coronéis. No mesmo dia da proposta, 22 de fevereiro de 1954, João Goulart foi deposto.³⁶

Café Filho, sucedendo Vargas na presidência, teve um papel muito importante na economia brasileira. Seu Ministro da Fazenda foi Eugênio Gudin, que lançou a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1955. A medida permitia

que corporações multinacionais importassem equipamento por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da “cobertura cambial” necessária à importação do maquinário, benefício este não desfrutado por firmas brasileiras.³⁷

Esta medida facilitou bastante a entrada das multinacionais e do capital estrangeiro no país, abrindo caminho para a ampla industrialização que se seguiu no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), do PSD.

Em relação a este governo, o mais importante a salientar é a ascensão do capital multinacional e associado no Brasil. Os empresários ligados a este tipo de capital estavam intimamente relacionados com a tecno-burocracia, que era formada pelos executivos de empresas e suas redes de influência dentro do Estado.³⁸ Em relação à “neutralidade” dos empresários, Dreifuss argumenta que

a qualificação e perícia dos profissionais (denominados técnicos ou tecnocratas após 1964) como economistas, engenheiros, administradores etc. não deveriam obscurecer o fato de que esses homens ocupavam cargos nas diretorias das grandes companhias. Esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais nos papéis “neutros” mas abrangentes que eles desempenhavam.³⁹

Os interesses ligados ao capital multinacional e associado e a tecno-burocracia formavam, em conjunto, uma série de anéis de poder burocrático-empresariais.⁴⁰

Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação das diretrizes

³⁶ SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p. 166.

³⁷ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 33.

³⁸ Ibid., p. 73.

³⁹ Ibid., p. 72.

⁴⁰ Ibid., p. 73.

econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira “administração paralela” durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre do escrutínio público e do controle populista.⁴¹

A necessidade de se desviar do controle público das ações do governo surgiu devido à existência de um Congresso predominantemente conservador, isto é, com maioria do PSD, que era ligado aos interesses dos latifundiários. Desta forma, a única maneira de Juscelino Kubitschek levar a cabo o seu Plano de Metas de desenvolvimento sem passar pelas votações no Congresso foi a criação de uma “administração paralela”, que se articulava com o Estado de forma supostamente neutra e técnica. É importante observar que, dentro da “administração paralela”, “esses profissionais e empresários acumulavam também cargos de diretoria em diferentes companhias multinacionais e associadas”.⁴² Entretanto, mesmo considerados como técnicos ou agrupados em agências de consultoria, mantinham relações de classe com o poder estatal. Uma das mais importantes destas agências era a Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos (CONSULTEC).

A principal idéia de Dreifuss, em suma, é a de que “havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado (...) e sua falta de liderança política”.⁴³ Ou seja, houve uma busca por poder político ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart que culminou no golpe civil-militar de 1964.

A partir de 1959, com o sucesso da Revolução Cubana, a política dos Estados Unidos para a América Latina se transformou. Anteriormente, o “inimigo comunista” era externo, contido atrás da cortina de ferro, longe dos EUA. A partir de 1959, o “comunismo” foi implantado a poucos quilômetros do centro do “mundo livre”, ameaçando o sistema capitalista com a possibilidade de influenciar os outros países da América Latina com suas idéias “subversivas”. De inimigo externo, o “comunismo” passou a ser um inimigo interno, difuso no meio da multidão. Visto que tal sistema penetrou nas Américas, infiltrado no “mundo livre”, qualquer um poderia ser considerado “comunista”.

⁴¹ Idem.

⁴² Ibid., p. 72.

⁴³ Ibid., p. 105.

Com receio de que a América Latina se tornasse vermelha, o presidente John F. Kennedy (1961-1963) lançou a *Aliança para o Progresso*, um “programa de ajuda às reformas sociais na América Latina, com vistas a deter a expansão dos movimentos antiamericanos, a mobilização popular no continente americano e a isolar Cuba dos demais países”.⁴⁴ Em relação à Revolução, governantes da América Latina diziam que “era menos fruto da ‘subversão comunista’ que resultado do subdesenvolvimento, chantageando Washington a liberar investimentos públicos para seus países”.⁴⁵

No Brasil, em 1960, um ano depois da Revolução Cubana, Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela UDN, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pelo Partido Libertador (PL), foi eleito Presidente da República, tendo como vice-presidente João Goulart, que obteve uma votação expressiva. Jânio Quadros estava profundamente ligado aos interesses do capital multinacional. Prova disso é o documento que recebeu do Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP) assim que assumiu a presidência, chamado *Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*, o qual inspirou a política econômica do seu curto governo.⁴⁶ O documento “exigia a reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento do desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia”⁴⁷, entre outras medidas. Dreifuss sustenta que no governo de Jânio Quadros

importantes grupos econômicos multinacionais e associados, influentes associações de classes empresariais, membros da CONSULTEC e o núcleo da ESG foram incluídos em seu ministério, na administração pública e ocuparam os postos de comando dentro da hierarquia militar. A administração paralela de Juscelino Kubitschek tornava-se governo com Jânio Quadros.⁴⁸

Todavia, se por um lado os interesses do capital multinacional e associado “sugeriam” determinadas diretrizes para a política econômica de Jânio Quadros, o governo deste se caracterizou pela Política Externa Independente (PEI), que pode

⁴⁴ VIZENTINI, Paulo G. op. cit., p. 58.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ DRIEFUSS, René Armand. op. cit., p. 126.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

ser considerada “uma culminância política do nacionalismo de raiz varguista”⁴⁹, o que constitui um paradoxo para um governante da UDN⁵⁰. A PEI, implementada pelo Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco, e depois, no governo parlamentarista de João Goulart, por San Tiago Dantas, dizia que o país tinha autonomia para manter relações comerciais com todos os países, inclusive os do bloco soviético.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República. Ninguém esperava tal atitude de Jânio Quadros, nem mesmo seus aliados políticos. Jânio esperava retornar à presidência “nos braços do povo”, visto que seu vice era considerado “comunista” pelos setores mais conservadores da sociedade. Caio Navarro de Toledo argumenta que “na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de ‘negativo’ na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista”.⁵¹ Não houve apoio a Jânio, mas também houve uma tentativa por parte dos ministros militares de impedir que João Goulart assumisse o cargo que lhe cabia. Goulart estava em uma viagem oficial à República Popular da China em função da PEI, e só poderia assumir o cargo quando voltasse para o Brasil. Frente a um possível golpe militar, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul pelo PTB, organizou a *Campanha da Legalidade*, para defender o respeito à Constituição e garantir a posse de João Goulart. Skidmore argumenta que “uma cadeia de estações de rádio pró-Jango, intitulada a ‘voz da legalidade’, foi imediatamente mobilizada a fim de galvanizar a opinião no resto do Brasil”.⁵² Para compreendermos melhor a atuação política de Brizola, é importante salientar um dos aspectos mais importantes de seu governo no Rio Grande do Sul, que durou de 1959 até 1962. Uma de suas ações mais polêmicas foi a estatização das empresas estadunidenses de distribuição de energia elétrica e de telefonia, filiais, respectivamente, das multinacionais *Bond and Share* e *International Telegraph and Telephone*, atuantes no Rio Grande do Sul.⁵³ A primeira foi realizada em 1959 e a

⁴⁹ SILVEIRA, Helder Gordim da. “A Política Externa do Regime Militar: Origens Ideológicas na Geopolítica da Escola Superior de Guerra Segundo Golbery”. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, p. 72.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., p. 12.

⁵² SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p. 258.

⁵³ BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História,

segunda em 1962.⁵⁴ Estas medidas, consideradas “comunistas”, provocaram o descontentamento da classe empresarial brasileira. Foi por intermédio da articulação deste político com diversos apoios que a mobilização pela defesa da legalidade foi bem-sucedida.

Enfim, a posse de João Goulart foi assegurada através de uma solução de compromisso: a instituição do parlamentarismo. Poderia assumir o cargo, mas com seus poderes reduzidos. Ademais, o primeiro gabinete do regime parlamentarista chamava-se “gabinete de conciliação”, o que dava o tom das restrições que Goulart sofreria, e era encabeçado por Tancredo Neves, do PSD. No total foram 3 gabinetes, todos conservadores, e Goulart, com seus poderes restringidos, não conseguia governar efetivamente.

Em outubro de 1962 houve eleições nacionais para todos os cargos, exceto Presidente da República e vice-presidente. A forte campanha contra os possíveis apoiadores de João Goulart foi intensificada. Foram criadas frentes parlamentares para o apoio ou oposição a João Goulart. A Ação Democrática Parlamentar (ADP), por exemplo, criada em 1961, objetivava “não apenas fazer frente ao crescimento dos nacionalistas, mas também (...) combater a expansão da ideologia comunista junto à sociedade brasileira”.⁵⁵ Além disso, “seus parlamentares eleitos em 1962 contaram com o forte apoio financeiro e estratégico do IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática] e do Instituto de Pesquisas Econômicas (sic) e Sociais (IPES), que fazia cerrada propaganda contra o governo Goulart”.⁵⁶ Como exemplo, no contexto regional, podemos citar Ildo Meneghetti, que foi eleito com o auxílio da ADP, em uma coligação encabeçada pelo PSD, vencendo o candidato petebista Egídio Michaelsen.

Em oposição à ADP, existia a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), cujos parlamentares agiam em defesa de medidas nacionalistas e que “buscou fundamentos teóricos junto a intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.⁵⁷

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 114.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. op. cit. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. op. cit., p. 150.

⁵⁶ Ibid., p. 151.

⁵⁷ Ibid., p. 150.

De forma mais abrangente, havia a polarização entre a Frente de Mobilização Popular (FMP), que agia a favor da implantação das reformas de base e congregava “as Ligas Camponesas, o Comando Geral dos Trabalhadores [CGT], a UNE [União Nacional dos Estudantes] e a Frente Parlamentar Nacionalista”.⁵⁸ Como oposição, havia o IBAD, que apoiou opositores de Goulart nas eleições de 1962 e tinha como aliados a “Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD) e Movimento Sindical Democrático (MSD)”⁵⁹, além da ADP e do IPÊS.

Goulart, a despeito da pressão dos opositores, obteve o adiamento do plebiscito que estava previsto para o ano de 1965 sobre a preferência da população entre o regime presidencialista e o parlamentarista. Em 6 de janeiro de 1963 o regime presidencialista venceu com ampla margem de votos e João Goulart recuperou seus poderes.

Com o regime presidencialista, João Goulart pôde defender de forma mais veemente as propostas das reformas de base, bandeira essencial de seu governo desde o parlamentarismo. Elas consistiam em modificações estruturais na política, na economia e na sociedade brasileiras. Incluíam a reforma agrária, universitária, administrativa, tributária, e outras. João Goulart tentou realizar o *Plano Trienal*, encomendado para Celso Furtado, que tinha como objetivo diminuir a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico do país.⁶⁰ Todavia, o plano malogrou.⁶¹

Como foi argumentado anteriormente, havia um clima de polarização e de radicalização no cenário político brasileiro. Não iremos discutir se as esquerdas eram golpistas ou não*, mas o fato é que havia um crescente protagonismo destas na política brasileira, o que refletia no Congresso.

João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, onde demonstrou ser favorável ao acolhimento das demandas das esquerdas e, mais uma vez, à implantação das reformas de base. Nele, assinou dois decretos, “o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação de terras (com mais de 100 hectares) que ladeavam as rodovias e

⁵⁸ Ibid., p. 148.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., p. 44.

⁶¹ Ibid., p. 52.

* Sobre a atitude golpista ou não-golpista das esquerdas neste contexto de radicalização, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, ps. 27-48, 2004.

ferrovias federais e os açudes públicos federais”.⁶² Os opositores de Goulart ficaram atemorizados com suas ações.

O general Olympio Mourão Filho, chefe da IV Região Militar (Minas Gerais), antecipando uma sublevação marcada para 2 de abril⁶³, mobilizou suas tropas rumo ao Rio de Janeiro, na madrugada do dia 31 de março. Era o início da movimentação que culminou com o golpe civil-militar em 1º de abril de 1964.

O governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti apoiou o golpe civil-militar em 1º de abril de 1964 e, “temeroso de uma reação comandada pelo deputado Leonel Brizola (...), resolveu transferir a sede do governo gaúcho para Passo Fundo, instalando-o no quartel do 2º. Batalhão Policial da Brigada Militar”.⁶⁴ A capital do estado permaneceu sendo Passo Fundo por seis dias.⁶⁵ Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre em 1964, “além do seu mandato cassado, teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos”.⁶⁶ Já Ildo Meneghetti permaneceu como governador até 12 de setembro de 1966, quando foi cassado e substituído pelo coronel Walter Peracchi Barcellos.

É importante lembrar que, após o golpe, vários empresários que representavam os interesses do capital multinacional e associado estavam em importantes cargos do governo de Castelo Branco (1964-1967), como Roberto Campos, que foi Ministro do Planejamento.

1.2 O IPÊS

O IPÊS foi criado em 29 de novembro de 1961, ou seja, pouco tempo depois da renúncia de Jânio Quadros e da posse de João Goulart.⁶⁷ A sigla IPÊS foi escolhida em analogia à árvore brasileira, por isso a importância do acento.

⁶² TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., p. 97.

⁶³ Ibid., p. 102.

⁶⁴ ALMEIDA, José Ernani de. “Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978”. In: *CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA*, 2., 2005, Passo Fundo, p. 13. Disponível em: <<http://www.2csh.clio.pro.br/jose%20ernani%20de%20almeida.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ RODEGHERO, C.S. “Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul”. In: GERTZ, René E.; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 04, p. 85.

⁶⁷ MORAES, João Quartim de. “O efeito desmistificador de *A Conquista do Estado* na análise das bases sociais da contra-revolução”. *Revista Eletrônica Premissas*, v. 1, n. 01, 2006, p. 131, nota de rodapé número 64. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.09.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

Comentando a respeito da criação da ESG, o Marechal Cordeiro de Farias argumentou: “Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios”.⁶⁸ A “hora” da qual o Marechal fala era a do golpe, que já estaria articulado devido ao período de *transformismo molecular*, como argumenta Dreifuss. Em relação ao IPÊS, podemos dizer que foi feita a mesma analogia.

O IPÊS atuava junto ao IBAD, que “era a entidade que canalizava fundos multinacionais para o IPÊS”.⁶⁹ É importante ressaltar que o IPÊS agia de acordo com os interesses do capital multinacional e associado no Brasil. Dreifuss argumenta que existia um complexo IPÊS/IBAD, em que os institutos agiam de forma complementar⁷⁰. Todavia, focaremos apenas o IPÊS e o IPESUL nesta pesquisa. O IBAD foi fechado após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que “constatou irregularidades, como a captação de recursos estrangeiros sem autorização”.⁷¹ O IPÊS era parte fundamental da campanha de desestabilização do governo de João Goulart, dentro da segunda etapa do processo de conquista do Estado que explicitamos anteriormente.

O IPÊS agia baseando-se na encíclica papal *Mater et Magistra*, que foi promulgada pelo papa João XXIII em 15 de maio de 1961 (pouco tempo depois da Revolução Cubana) e fornecia respostas aos problemas contemporâneos (como a “ameaça comunista”) à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI). Esta

é normalmente entendida como um corpo de pensamento social tornado público pela divulgação de textos por parte da Igreja Católica, e cujo começo é situado, de forma mais ou menos generalizada, em 1891 com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*.⁷²

Além disso, preconizava a “defesa da democracia”, que remetia à prática do anticomunismo e de ações que visavam à desestabilização do governo de João

⁶⁸ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 105.

⁶⁹ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 97.

⁷⁰ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 143.

⁷¹ ASSIS, Denis. op. cit., p. 97.

⁷² SOBRAL, João. “A Doutrina Social da Igreja e a Democracia-Cristã – A marca de João Paulo II–”. *Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais*, p. 0. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/dsi_e_democracia_crista_marca_jpll.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2009. (grifo no original).

Goulart. Os principais quadros do IPÊS eram o general Golbery do Couto e Silva, que chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964, e Glycon de Paiva, que também era conferencista da ESG e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).⁷³

O IPÊS produzia livros, panfletos, cartuns, filmes, e outros tipos de propaganda. Por exemplo, existem 15 filmes* de curta-metragem em preto e branco criados pela produtora Jean Manzon Films S.A.⁷⁴ Jean Manzon foi fotógrafo e formou uma dupla histórica com David Nasser na revista *O Cruzeiro* nos anos 1950. Era muito reconhecido por sua qualidade técnica na produção de imagens. Os filmes, anticomunistas, eram exibidos no Brasil inteiro, na tentativa de formar a opinião pública nacional, somando-se às outras ações do IPÊS.

A partir do IPÊS-São Paulo, em pouco tempo foi criado o IPÊS-Rio (formando uma centralidade entre Rio de Janeiro e São Paulo na organização dos outros IPÊS), “o IPESUL (Rio Grande do Sul), o IPES Pernambuco, o IPES Belo Horizonte, o IPES Paraná, o IPES Manaus, o IPES Santos e outros centros menores”.⁷⁵

1.3 O IPESUL

O IPESUL foi criado em 23 de março de 1962⁷⁶, e visava à “formação de uma opinião pública esclarecida e justa”⁷⁷, para que fosse possível, através de tal serviço informativo, a “defesa da democracia” e a solução dos problemas do país, nas palavras do próprio Instituto, e em harmonia com as idéias do IPÊS. Através de seus supostos caráter apartidário e neutralidade científica⁷⁸ pretendia informar a população a respeito dos problemas brasileiros: “seus objetivos deverão ser alcançados através do estudo honesto, criterioso e científico dos problemas atuais”.⁷⁹ É importante marcar esta pretensão de neutralidade, pois há uma convergência com o tipo de atuação da “administração paralela” que Dreifuss

⁷³ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963)*. 2005. 269 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 176.

* Existe uma coletânea destes filmes em VHS na biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), na UFRGS, sob o nome de “O Brasil Precisa de Você”.

⁷⁴ ASSIS, Denise. op. cit., p. 31.

⁷⁵ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 172.

⁷⁶ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. “Apresentação”. Porto Alegre, ano 1, n. 1, out. 1962, p. 2.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

defende existir na segunda metade dos anos 1950. Ambos se apresentavam como técnicos. Além disso, pretendia divulgar a idéia da “humanização do trabalho”, buscando “harmonização” entre capital e trabalho, questão que será aprofundada no Capítulo 2.

Sua sede era em Porto Alegre, no Palácio do Comércio, 4º andar, conjunto 433. Havia uma estrutura nos moldes do IPÊS, embora reduzida. O Conselho Orientador, que era formado pelos sócios fundadores, tinha 29 pessoas*, em grande parte empresários importantes na economia do Rio Grande do Sul, como A. J. Renner e Fábio Araújo dos Santos. O Instituto funcionava, oficialmente, através da doação mensal de seus associados. No que tange à administração, havia uma Comissão Diretora, que era eleita a cada dois anos. A de 1962-1964 tinha como presidente Álvaro Coelho Borges, como vice-presidente Carlos Osório Lopes, e como coordenador o economista Eraldo de Luca*. Na mesma gestão, existiam sete Diretores*. Além disso, a estrutura do IPESUL também era composta por três departamentos: o Administrativo, coordenado por Sérgio Freytag de Azevedo Bastian; o de Contato, liderado por Fábio Araújo Santos e Moziul Moreira Lima*; e o de Estudos, sob os cuidados de Rico Harbich. Conscientes dos limites desta pesquisa, não aprofundaremos a função de cada unidade da estrutura e suas inter-relações dentro do Instituto.

A única publicação do IPESUL de que temos conhecimento é a revista *Democracia e Emprêsa*, mensário editado de outubro de 1962 a julho/dezembro de 1969 (referente à última edição), com algumas variações na periodicidade. Após, mudou o nome para *Desenvolvimento e Empresa*, com a primeira edição em janeiro/março de 1970, e que durou mais um ano, até janeiro/março de 1971. Não há referências nestas últimas edições a respeito do fechamento do IPESUL, apenas

* Os sócios fundadores eram: A. J. Renner, Álvaro Coelho Borges, Antonio Chaves Barcellos, Antonio Saint Pastous, Carlos Dreher Neto, Carlos Osório Lopes, David Enzo Guaspari, Diego Blanco, Don Charles Bird, Eugênio Martins Pereira, Fábio Araújo Santos, Imério Kuhn, João Dico de Barros, João Alves Osório, Jorge Sehbe, Julio Eberle, Kurt Weissheimer, Leopoldo de Azevedo Bastian, Luiz F. Guerra Blessmann, Marius Smith, Moziul Moreira Lima, Paulo Barbosa Lessa, Paulo Simões Lopes, Paulo Vellinho, Rico Harbich, Roberto H. Nickohrn, Sérgio Freytag de Azevedo Bastian, Walter Cechella, Werner P. Wallig. In: *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. op. cit., contracapa.

* Em junho de 1961, Eraldo de Luca era Assessor Econômico da Associação Comercial de Porto Alegre e membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4ª Região. In: LUCA, Eraldo de. *Enciclopédia das sociedades comerciais*. Porto Alegre: Sulina, 1961, p. 3.

* Eram eles: Eugênio Martins Pereira, Imério Kuhn, João Alves Osório, Paulo Vellinho, Rico Harbich, Sérgio Freytag de Azevedo Bastian, e Walter Cechella. In: *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. op. cit., contracapa.

* Embora este não conste no número 12 volume 1, por exemplo, como participante desta gestão.

comentários sobre os sérios problemas financeiros que estariam inviabilizando a periodicidade da publicação. No Serviço de Registros de Porto Alegre*, onde consta a documentação relativa ao IPESUL, não há ata de extinção, ao contrário do IPÊS. Acreditamos que o IPESUL tenha se desarticulado antes da decisão de fechamento do IPÊS, que ocorreu em assembléia no dia 29 de março de 1972⁸⁰, já que a publicação que conhecemos do IPESUL vai até 1971. Cabe lembrar que todas as edições das duas revistas foram impressas pela Livraria do Globo, como é possível observar nas capas. Além das duas revistas, também há uma edição especial da *Democracia e Empresa*, “onde é fornecida orientação prática para a instituição de fundação por pessoa jurídica”⁸¹, a qual não tivemos acesso.

Em relação à localização social⁸² dos possíveis leitores da revista em questão, aspecto importante da interpretação das formas simbólicas na compreensão de Thompson, devemos fazer algumas considerações. Entendemos que tais revistas possuíam um público-alvo muito específico e direcionado, como evidenciaremos nos próximos capítulos, com as análises dos artigos. O diálogo com o empresariado na primeira pessoa (nós, os empresários) é recorrente, o que valida a nossa hipótese, embora se apresentem como esclarecedores da opinião pública de um modo geral. Os artigos são de orientação para os empresários, não para os trabalhadores. Além disso, o preço da revista era relativamente baixo. Custou Cr\$ 50 até o número 4 do ano 2, quando passou a custar Cr\$ 100. Podemos fazer uma comparação com a Revista *Movimento* da União Nacional do Estudantes (UNE), que custava Cr\$ 50 em outubro de 1962⁸³, mesmo mês da primeira edição da *Democracia e Empresa*. A revista *O Cruzeiro*, em 1960, custava Cr\$ 30⁸⁴, e era de grande circulação. Em uma comparação com os salários mínimos referentes à nossa delimitação temporal*, o preço da revista *Democracia e Empresa* permanece relativamente baixo.

* Localiza-se na Av. Borges de Medeiros, número 308, 2º andar. O número do protocolo da documentação relativa ao IPESUL é 156461/62.

⁸⁰ ASSIS, Denise. op. cit., p. 73.

⁸¹ Ver Anexo A.

⁸² THOMPSON, John B. op. cit., ps. 79-80.

⁸³ *Movimento*, Rio de Janeiro, n.6, out. 1962.

⁸⁴ *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 9, 10 dez. 1960.

* A partir de 16/10/1961, Cr\$ 13.216, em 01/01/1963, Cr\$ 21.000, e em 24/02/1964, Cr\$ 42.000. In: *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

As duas publicações eram constituídas de seleções de matérias de jornais e revistas consideradas pertinentes às idéias do IPESUL, além de alguns artigos e pesquisas de autoria do Instituto, transcrições de palestras, entre outros. Pressupomos que, quando o artigo não é assinado e não há indicação de sua fonte, este foi escrito pela equipe da revista *Democracia e Empresa*. O fio condutor dos textos publicados era a “defesa da democracia”, que remetia ao anticomunismo. Tal idéia se confundia com a defesa do livre mercado, em contraposição ao “comunismo”, onde não haveria este tipo de liberdade. Além disso, também há referências às encíclicas papais como a *Mater et Magistra*, por exemplo, que constitui uma das bases do IPÊS. É importante ressaltar que a *Democracia e Empresa* foi declarada de utilidade pública através do Decreto Estadual 15.113, de 7/5/63*. Neste período, quem governava o estado era Ildo Meneghetti, do PSD. Visto que a publicação era anticomunista e sustentava posições contrárias ao governo federal, este decreto adquire um significado importante.

Neste sentido, cabe lembrar que a data de publicação da primeira edição de *Democracia e Empresa*, outubro de 1962, coincide com as eleições gerais ocorridas no Brasil. O Rio Grande do Sul, que até então era governado por Leonel Brizola, ficou sob comando de Ildo Meneghetti, do PSD. Já explicitamos anteriormente a imagem negativa que Brizola passava para os setores mais conservadores da sociedade, principalmente em função da encampação das empresas privadas que realizou.

Em relação à eleição de Meneghetti, é importante enfatizar suas articulações políticas. Sobre uma reunião na casa do bispo Dom Vítor José Sartori, em Santa Maria, à qual compareceram personagens influentes na política nacional e regional, inclusive o general Olympio Mourão Filho, Dreifuss argumenta que

compareceram também Sevi Vieira e o advogado João Dentice, secretário da campanha eleitoral de Meneghetti, que na época estava envolvido com o IPESUL e FARSUL [Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul]. Essa reunião, ocorrendo um mês antes das eleições de outubro de 1962 para o Congresso, serviu para reunir e coordenar a ação de importantes figuras políticas da coalizão antipopulista e anti-PTB do Rio Grande do Sul”.⁸⁵

* Este decreto apareceu em grande parte das edições de *Democracia e Empresa*, localizado no “Expediente”, na parte superior da primeira página. A primeira em que apareceu foi a número 2 do ano 2, de novembro de 1963.

⁸⁵ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 378.

Em outras palavras, fica clara a relação entre os empresários e políticos do Rio Grande do Sul, a eleição de Ildo Meneghetti, o IPESUL e a campanha de desestabilização do governo de João Goulart que culminou com o golpe civil-militar de 1964. Outro elemento que reforça esta ligação é o fato de Olympio Mourão Filho ter recebido “do líder do IPES Othon Barcellos 30 milhões de cruzeiros para serem usados na campanha para as eleições ao Congresso e Governos Estaduais de outubro de 1962”.⁸⁶ Em relação à possível captação de capital para campanha política, Luiz Artur Ferraretto argumenta que

um dos beneficiários das verbas destinadas ao financiamento de candidatos disponibilizadas por estas entidades, o governador Ildo Meneghetti participa ativamente das articulações envolvendo o Instituto de Pesquisas e Estudos (sic) Sociais do Rio Grande do Sul (Ipesul).⁸⁷

Além do que já foi defendido a respeito da relação da classe empresarial gaúcha com a mobilização contra o governo de João Goulart, Maria Isabel Herz da Jornada argumenta que houve

freqüentes visitas da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), bem como do alto comando do III Exército, à FIERGS [Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul] nos meses que antecederam o golpe de 1964 e no período subsequente.⁸⁸

Estas informações evidenciam o envolvimento nacional e regional de civis e militares na desestabilização do governo de João Goulart, rumo ao poder político que desejavam desde a segunda metade dos anos 1950. Nos próximos capítulos, estudaremos de que maneira as formas simbólicas contidas nas edições da revista *Democracia e Empresa* podem sustentar relações de dominação dentro do contexto estruturado que explicitamos até aqui.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Editora da ULBRA, 2007, p. 121.

⁸⁸ JORNADA, Maria Isabel Herz da. “Os industriais gaúchos e a política salarial: ‘por quem os sinos dobram’”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 10, n. 1, 1989, p. 51. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/1277/1643>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

2 “HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO”

A polarização do mundo no pós-guerra mobilizou ações no Brasil, como argumentamos anteriormente. Com Eurico Gaspar Dutra na presidência nos alinhamos ao bloco capitalista e rompemos relações diplomáticas com a União Soviética. Neste período de redemocratização, houve uma tentativa de conter os trabalhadores por parte dos industriais, seja através de medidas paternalistas⁸⁹, como “a venda de gêneros alimentícios e artigos de vestuário a preços de custo”⁹⁰, ou através da doutrinação dos trabalhadores, visando à modificação de suas demandas⁹¹. Além destas medidas,

em junho de 1946 o Marechal Eurico Dutra (...) assinou um decreto criando o Serviço Social da Indústria – SESI, com o objetivo, a longo prazo, de combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalista.⁹²

Através destes mecanismos os empresários davam auxílios para os trabalhadores e esperavam que estes não se engajassem na militância política. Nos anos 1950 passamos por uma intensificação dos movimentos sociais no campo e na cidade, e em 1959 ocorreu a Revolução Cubana. Com o sucesso desta, as mobilizações de esquerda se acentuaram, motivadas pela experiência de uma transformação em plena América Latina. Assim, com a crescente participação dos setores esquerdistas da sociedade civil nas decisões políticas nacionais, o empresariado ficou receoso frente às possibilidades de transformação social. Desta forma, houve a necessidade de uma reestruturação das empresas privadas no Brasil, no sentido de proporcionar maiores benefícios para os trabalhadores, para que não fossem seduzidos pela militância política e pelas propostas “comunistas”.

Esta reestruturação teve como base a idéia da “humanização do trabalho”, que compreende a “harmonização” das relações entre patrão e empregado, incluindo a “co-gestão”, e a “democratização do capital” das empresas com os seus empregados e com o público. Além disso, tal “modernização” visava construir uma

⁸⁹ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 29.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

imagem mais positiva das empresas privadas, pois estas sofriam fortes críticas por parte das esquerdas do período, principalmente em relação à participação do capital estrangeiro na economia nacional. Analisaremos, então, o fundamento da reestruturação empresarial, que é a “humanização do trabalho”.

No contexto da campanha de desestabilização do governo João Goulart realizada pelo IPÊS e, mais especificamente, pelo IPESUL,

as atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a “função social do capital”. Esse representava um esforço calculado de propaganda para dar às massas trabalhadoras um proveito claramente visível no sistema econômico, a idéia de participação nos lucros, propriedade social indireta e co-responsabilidade administrativa. Tal ação tinha dois objetivos: melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada.⁹³

Esta ação política apropriada trata-se da instauração da ditadura civil-militar, regime autoritário que pôde reprimir fortemente as mobilizações sociais. Já a equiparação da iniciativa privada à “democracia” se refere à possibilidade de mudança apresentada pelos empresários e representada por uma “terceira via”. Esta se constitui como um caminho intermediário entre o capitalismo exacerbado, que só funciona através da busca pelo lucro, e o “comunismo”, que retira a liberdade do indivíduo e o submete inteiramente ao Estado. Nas revistas, é desta forma que a alternativa é apresentada. Diante destes extremos, restou, então, um caminho intermediário dentro da “democracia” que reforça os valores da iniciativa privada a partir da compreensão da “função social” do capital e da aplicação das idéias citadas anteriormente dentro das empresas. Encontramos referência à possibilidade de uma “terceira via” na DSI, especificamente na encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, onde “a concepção da propriedade proposta pela Igreja se opõe tanto ao liberalismo como ao socialismo”⁹⁴, por exemplo.

A partir destas informações sobre a “terceira via”, analisaremos em que nível de produção industrial tais idéias se situam. A respeito daquela referente à ditadura civil-militar, Gilvan Veiga Dockhorn argumenta que havia um

⁹³ Ibid., p. 307.

⁹⁴ CAMACHO LARAÑA, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 190.

modelo ainda influenciado pelo sistema *fordista-taylorista*, mas que demonstrava uma certa tentativa de adaptação ao novo modelo da chamada terceira revolução industrial, que teve início no Japão entre os anos 50 e 60, processado através do modelo *Toyotista*, adequando o processo de produção para enfrentar a necessidade de produção flexível, ou seja, diversificação de modelos, menor quantidade, tempo e ritmo exatos e uso sistemático do computador.⁹⁵

Apesar de Dockhorn colocar que há uma adaptação para o modelo *toyotista* ao longo da ditadura civil-militar, pudemos observar que algumas de suas idéias já eram difundidas no início dos anos 1960. O *toyotismo*, além das características citadas acima, também é conhecido pela participação ativa do trabalhador na empresa e pela existência da cooperação entre capital e trabalho⁹⁶, características que visavam ao incremento da produtividade e que citamos como pertencentes à reestruturação empresarial em curso dentro de nossa delimitação temporal. Ou seja, em uma perspectiva de aperfeiçoamento da “democracia”, que se confunde com o aprimoramento do capitalismo, foi necessário “humanizar” o trabalho, o que podemos entender como a adaptação a um novo regime de produção, o *toyotista*, levada a cabo através de um Estado autoritário. É importante enfatizar que quando falamos a respeito do *toyotismo* no Brasil, estamos nos referindo ao que viria a ser o *toyotismo* nos anos 1980, quando este modelo de produção industrial desponta no país.

Encontramos na revista *Democracia e Empresa* 45 artigos que se encaixaram na categoria de análise “*Humanização do Trabalho*”, pois contemplavam as características da reestruturação empresarial em seus discursos. Destes, selecionamos 7 para aprofundamento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – “Humanização do Trabalho”

Edição	Título	Autor	Páginas	Fonte
Ano I – número 1 – outubro de 1962	Capital e Trabalho	X	8-9	X
Ano I – número 1 – outubro de	Democratização do capital é o caminho acertado para	X	18-19	X

⁹⁵ DOCKHORN, Gilvan Odval Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento: 1964-1974*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 125. (grifos no original).

⁹⁶ CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 157.

Edição	Título	Autor	Páginas	Fonte
1962	garantir progresso ao País			
Ano I – número 2 – novembro de 1962	Socialismo	A. J. Renner	50	Transcrito do “Correio do Povo” de 7-11-61
Ano I – número 3 – dezembro de 1962	Reforma de Estrutura da Empresa	Luiz Lima Lângara	41-49	X
Ano I – número 8 – maio de 1963	Liderança no Trabalho e Compreensão	Leopoldo Hofmann	8-9	Transcrito do Jornal do Dia de 31.1.63
Ano I – número 12 – setembro de 1963	Humanização do Trabalho da Imprensa	Palestra proferida pelo Economista Eraldo de Luca, Coordenador-Geral do IPESUL, na sessão solene de instalação do 2º Congresso de Proprietários de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, realizado nos dias 13, 14 e 15 de julho de 1963.	4-8	X
Ano II – número 4 – janeiro de 1964	O robustecimento das Instituições Democráticas	Gilberto Huber	24-29	Da Revista da CNC, outubro de 1963

Das estratégias de construção simbólica que Thompson elenca para análise⁹⁷, há grande incidência da estratégia de construção simbólica da universalização, que coloca os interesses de uma classe como se fossem os interesses de todos⁹⁸, e da *racionalização*, que, através da argumentação racional, propõe que uma idéia seja legítima ou digna de apoio⁹⁹.

2.1 “HARMONIZAÇÃO” ENTRE CAPITAL E TRABALHO

⁹⁷ THOMPSON, John B. op. cit., p. 81.

⁹⁸ Ibid., p. 83.

⁹⁹ Ibid., ps. 82-83.

Nos artigos que analisamos, existem referências freqüentes à possibilidade de “harmonia” entre capital e trabalho em um sistema capitalista e regime “democrático” aperfeiçoados. Através de uma maior consideração do patrão com seus trabalhadores, haveria “harmonia” entre as duas partes do processo de produção. Tal “harmonização” implicaria anulação dos conflitos entre os dois. O patrão deveria procurar compreender os problemas de seus empregados, pois se forem rígidos e não souberem lidar com estes poderiam causar hostilidades e até mesmo revoltas. Raphael Seabra argumenta que “sob a regência do Sistema Toyota de Produção o rumo das transformações no trabalho contemporâneo parece caminhar da *ditadura* do trabalho à *democracia* da colaboração”.¹⁰⁰ Nesse sentido, a “humanização do trabalho” significaria a “igualdade” entre patrão e empregado. Um dos artigos, em uma orientação para os empresários, defende que

precisamos reequacionar as relações tradicionais entre empregado e empregador, se é que desejamos ter aliados sinceros ao invés de inimigos potenciais. No dia em que conseguirmos harmonizar essas relações estaremos muito próximos de consolidar a empresa privada, pois ela se transformará em instrumento de paz social.¹⁰¹

Em primeiro lugar, a “função social” do capital é destacada no fim da citação, pois a empresa privada é apresentada como possível instrumento de paz social. Dentro do contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart, podemos perceber que há uma afirmação da relevância do papel da empresa privada na sociedade em detrimento do papel das empresas estatais. No início dos anos 1960 havia propostas de reformas estruturais no Brasil que implicavam intensificação do papel do Estado e iam de encontro aos interesses dos empresários ligados ao capital multinacional e associado. Em segundo lugar, há o apelo para que tornem os trabalhadores aliados, e não inimigos potenciais. Ou seja, é importante “humanizar” o trabalho para que o trabalhador não seja inimigo do patrão. Esta idéia é corroborada também por outro artigo, que diz “que grande parte dos casos de

¹⁰⁰ SEABRA, R. L. “A reestruturação produtiva e a constituição da utopia burguesa”. In: *SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, 3., 2008, Londrina, p. 1. Acesso em: 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/raphaelseabra.pdf>>. (grifos no original).

¹⁰¹ HUBER, Gilberto. “O robustecimento das Instituições Democráticas”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 2, n. 4, jan. 1964, p. 25.

revolta de subordinados contra seus superiores assenta suas raízes na carência de compreensão por parte dos elementos dirigentes”.¹⁰²

Se não há luta entre capital e trabalho, também não há necessidade de implantação de um regime “comunista” no Brasil. Na ótica da revista *Democracia e Empresa*, o regime “democrático” e o sistema capitalista se adaptam perfeitamente às necessidades dos trabalhadores e os auxiliam com diversos tipos de benefícios neste trabalho “humanizado”. Ou seja, trata-se de um aperfeiçoamento do capitalismo com pretensões de substituição evoluída do “comunismo”. Supostamente esta nova modalidade de produção praticaria as mesmas medidas previstas no “socialismo”, mas dentro do sistema capitalista. Em um artigo, falando dos benefícios que oferece aos seus empregados além do que seria obrigatório em lei, A. J. Renner diz que a “humanização do trabalho” “é o caminho mais exequível para alcançarmos a melhoria social dos que trabalham”¹⁰³, e aconselha os empresários a tomarem medidas nesse sentido.

Em relação à produtividade dos trabalhadores, Gilberto Huber defende que

cabe ao empresário, aos dirigentes da empresa, utilizarem estímulos legítimos em todos os escalões da organização, na busca de eficiência. Deve propiciar aos trabalhadores a justa recompensa material e o reconhecimento de seus méritos por sistemas de promoção de bonificações.¹⁰⁴

Aqui, podemos identificar a recomendação aos empresários para buscar a eficiência dos trabalhadores na produção através de recompensas, promoções e bonificações. O foco, nesta citação, é a produtividade. Desta forma, podemos compreender melhor em que bases estão calcadas as propostas de reestruturação das relações entre patrão e empregado.

De um modo geral, estes artigos utilizam a estratégia de construção simbólica da *universalização* e a da *racionalização*. Colocam os interesses dos empresários como se fossem os interesses gerais, e desenvolvem uma linha de argumentação *racional* que apresenta a proposta de “humanização do trabalho” e das relações entre o empresariado e os trabalhadores como dignas de apoio e como legítimas, já

¹⁰² HOFMANN, Leopoldo. “Liderança no Trabalho e Compreensão”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 1, n. 8, mai. 1963, p. 8.

¹⁰³ RENNER, A. J. “Socialismo”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 1, n. 2, nov. 1962, p. 50.

¹⁰⁴ HUBER, Gilberto. op. cit., p. 25.

que a “democracia” e o capitalismo poderiam ser aperfeiçoados e teriam a capacidade de adaptarem-se às novas demandas sociais.

Dentro do contexto que explicitamos anteriormente e utilizando as idéias propostas por Thompson, é razoável supor que tais formas simbólicas podem sustentar relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a dos trabalhadores, e, portanto, podem ser ideológicas. Porém, na esfera da recepção, supomos apenas a classe empresarial, o que remete o potencial ideológico para uma possível forma de mobilização política do grupo social, dentro do contexto antes analisado. Este grupo conta com um discurso de apelo *universal*, o que dá coesão ao mesmo.

2.2 “DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL”

Um dos pressupostos da “humanização do trabalho” é a “democratização do capital”, que consiste no “oferecimento” de ações de uma determinada empresa para seus empregados e também para o público. Desta forma, os rendimentos do trabalhador aumentariam na medida em que a sua produtividade intensificasse, fazendo com que patrão e empregado fossem beneficiados neste tipo de relação.

Esta “democratização do capital” seria uma forma de os empregados obterem participação nos lucros das empresas nas quais trabalham. Tal idéia está presente na encíclica *Mater et Magistra*: “não se pretende que a empresa renuncie a seu autofinanciamento, mas pede-se que ela torne o trabalhador partícipe do aumento de capital que se produz por esse caminho”.¹⁰⁵ Ou seja, a empresa deve dedicar parte de sua renda de autofinanciamento para os trabalhadores, já que este capital foi gerado com o auxílio destes. Desta maneira, é justo que haja uma distribuição dos lucros da empresa para os trabalhadores, que poderia ser realizada através da “democratização do capital”.

Os artigos analisados sustentam que o trabalhador que comprar ações passaria a ser sócio da empresa, com direitos e deveres, e que poderia utilizar sua voz para dar sugestões em relação aos rumos da empresa, visto que assim poderia aumentar seus rendimentos. Assim, o trabalhador passava a colaborar com a empresa de duas maneiras: através da intensificação de sua produtividade, em

¹⁰⁵ CAMACHO LARAÑA, Ildefonso. op. cit., p. 200.

função do maior retorno que poderia obter; em função das idéias e sugestões que poderia dar para o melhor andamento da empresa. A “co-gestão”, então, é outro pressuposto da “humanização do trabalho”.

Um dos artigos que fala sobre a “democratização do capital” coloca a seguinte idéia:

E concluiu o Dr. Rico Harbich: quando perguntado se os atuais capitais das emprêsas devem ser redistribuídos: “o problema, a meu ver, não é bem êste. Um ‘bolo’ não se torna maior cortando-o de maneira diferente. O que se deve fazer no Brasil é aumentar o ‘bolo’. As ações para serem espalhadas entre o público e os próprios empregados devem representar um aumento dos capitais das emprêsas, ou seja, um aumento das nossas riquezas nacionais que as emprêsas representam.”¹⁰⁶

Aqui, podemos identificar a conhecida metáfora de “fazer crescer o bolo para depois dividir” dita em um contexto posterior por Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda dos governos de Costa e Silva (1967-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) na ditadura civil-militar. Trata-se de um pensamento que favorecia a concentração de renda para que depois fosse realizada uma redistribuição. Com base na citação, podemos dizer que a “democratização do capital”, ao menos na argumentação de Rico Harbich, deveria ser um reflexo do aumento do capital das empresas.

A respeito de uma possível explicação para a “democratização do capital”, Dreifuss argumenta que no governo de João Goulart

tencionou-se criar um dinâmico mercado de capitais, possibilitando as companhias multinacionais a penetrar nas carteiras de ações de companhias locais e a começar um novo estágio no processo de absorção sob a denominação eufemística de “democratização do capital”. A bolsa de valores tornar-se-ia também um meio eficiente de se conseguir recursos das classes médias, que deveriam ser estimuladas a investir suas poupanças através de mecanismos instituídos pelo governo.¹⁰⁷

¹⁰⁶ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “Democratização do capital é o caminho acertado para garantir progresso ao País”. Porto Alegre, ano 1, n. 1, out. 1962, p. 19.

¹⁰⁷ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 134.

Dreifuss prossegue, argumentando que

as indústrias de porte médio, favorecidas pelo governo de João Goulart, seriam excluídas em nome dos padrões enunciados por tecno-empresários de “eficiência” do grande capital que condenavam não somente as empresas menores como também o seu mercado de consumo específico.¹⁰⁸

Com base nestas argumentações, podemos perceber que houve uma tentativa das empresas ligadas ao capital multinacional e associado de acumular capital de uma nova maneira, através do mercado de capitais, e de pressionar as indústrias médias, impedindo-as de participarem de tal mercado. Além disso, é importante frisar a penetração de capital estrangeiro nas empresas locais, para que os interesses multinacionais pudessem ampliar sua área de atuação e influência. As indústrias médias referidas são as de bens não-duráveis e semi-duráveis, como alimentos e vestuário, que foram incentivadas por João Goulart. Assim, as empresas ligadas ao capital multinacional e associado sentiram-se prejudicadas, pois seus produtos eram mais caros e não eram absorvidos no ritmo de consumo dos anos 1950.¹⁰⁹ Então, pode-se dizer que, de acordo com a argumentação de Dreifuss, a “democratização do capital” foi mais um dos mecanismos de pressão de que os interesses multinacionais lançaram mão para manter seu poder e influência.

Ainda sobre a “democratização do capital”, Rico Harbich defende que esta, “em tese, é sem dúvida um caminho acertado e um dos poucos para garantir realmente à maioria dos brasileiros participação efetiva no progresso econômico da Nação”.¹¹⁰ A citação reforça que o caminho para uma efetiva melhora das condições sociais dos trabalhadores é a “democratização do capital”, e que este é um dos poucos caminhos para chegar a este objetivo. Dado o contexto de propostas de ampla redistribuição de renda através das reformas de base, além das greves e enfrentamentos entre patrões e empregados, onde estes faziam reivindicações políticas e econômicas, e além do que já foi citado anteriormente sobre a possibilidade de “harmonia” entre capital e trabalho, podemos dizer que, novamente, as formas simbólicas citadas podem sustentar relações sistematicamente

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Ibid., p. 133.

¹¹⁰ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “Democratização do capital é o caminho acertado para garantir progresso ao País”. op. cit., p. 19.

assimétricas de dominação entre a classe trabalhadora e a empresarial, em função da universalização dos interesses da classe empresarial.

2.3 AS EMPRESAS PRIVADAS E SUA IMAGEM FRENTE AO PÚBLICO

Da redemocratização até 1964 há uma forte polarização nas discussões políticas e econômicas entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Os primeiros estavam associados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e também ao ISEB¹¹¹, ambos ligados ao nacional-desenvolvimentismo. Os outros estavam ligados à ESG, adeptos do liberalismo e alinhados com as idéias dos EUA no contexto bipolar da Guerra Fria. No segundo governo de Getúlio Vargas, a campanha pela criação da Petrobrás mobilizou o sentimento nacionalista da população, e acabou “gerando inúmeros atritos com os Estados Unidos e com as forças sociais de direita dentro do Brasil”.¹¹²

Mais adiante, após a abertura ao capital estrangeiro no governo de Juscelino Kubitschek, a administração de João Goulart merece algumas considerações a respeito do papel das multinacionais no Brasil. Para controlar o envio maciço de capital destas para suas matrizes no exterior, foi decretada uma lei que restringiu a remessa de lucros. Desta forma, “a remessa anual de lucros não podia exceder a 10% dos investimentos líquidos registrados”.¹¹³ Ou seja, a maior parte do lucro deveria ficar no Brasil, para ser reinvestido no desenvolvimento das indústrias do país.

A lei que restringiu a remessa de lucros possuía um caráter popular, pois as esquerdas tinham uma imagem negativa da participação das multinacionais na economia brasileira, e das empresas privadas de modo geral. Nesse sentido, Dreifuss argumenta que, para “amplos segmentos da burocracia, estudantes, jornalistas, políticos e até oficiais militares, (...) o principal fator responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro era o imperialismo econômico e a cobiça das ‘classes

¹¹¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. op. cit., p. 197.

¹¹² Ibid., p. 204.

¹¹³ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 131.

produtoras”¹¹⁴. Neste contexto, a construção de uma imagem positiva das empresas privadas no Brasil transformou-se em uma necessidade.

Assim, é possível compreender o seguinte trecho de uma palestra do economista Eraldo de Luca, do IPESUL, proferida no 2º Congresso de Proprietários de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, a respeito da “humanização do trabalho” e do papel da imprensa do interior na sua divulgação:

A colaboração dos jornais do interior é vital para a disseminação por todo o Estado da idéia que com tanta ênfase vimos defendendo. Torna-se imperioso que os proprietários de jornais não só procurem adaptar as estruturas de suas organizações às novas condições sociais, como, também se capacitem com a maior convicção que todos os fatos ligados direta ou indiretamente ao assunto devem merecer a devida veiculação em seus órgãos.¹¹⁵

Aqui, podemos perceber o forte apelo para que os jornais divulguem as idéias da “humanização do trabalho” pelo estado, para que a imagem das empresas privadas se torne mais positiva. Eraldo de Luca prossegue:

Mas, é preciso que se incremente cada vez mais e que se generalize amplamente a difusão dessas idéias para que o público tome conhecimento de uma vez por tôdas que as classes empresariais não estão se omitindo e que têm consciência da sua alta responsabilidade social.¹¹⁶

Eraldo de Luca aparenta dizer que a população não tinha conhecimento das ações sociais que as empresas privadas estavam desenvolvendo, e por isso seria necessário a difusão destas idéias. As empresas já estariam cumprindo com o seu papel, bastando apenas divulgar. Cabe lembrar que em grande parte das edições de *Democracia e Emprêsa* há uma seção destinada à apresentação das práticas de “humanização do trabalho” realizadas pelas empresas, e que desconsideramos na seleção dos artigos por apresentarem apenas dados. Entretanto, é importante enfatizar a existência de tal espaço para divulgação daquelas idéias.

É importante ressaltar o papel do líder do IPÊS José Garrido Torres em chamar a atenção dos empresários para a imagem negativa destes junto ao público.

¹¹⁴ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 168.

¹¹⁵ LUCA, Eraldo de. “Humanização do Trabalho da Imprensa”. *Democracia e Emprêsa*. Porto Alegre, ano 1, n. 12, set. 1963, p. 7.

¹¹⁶ Idem.

Argumentava que as críticas à empresa privada tinham origem em alguns elementos do próprio comportamento das empresas privadas.¹¹⁷ Para Torres, “a sobrevivência da democracia, identificada com a empresa privada, dependia do comportamento político dos empresários e da demonstração de sua função social ao grande público”.¹¹⁸

Nos artigos que falam a respeito da importância de tornar as opiniões públicas favoráveis às empresas privadas, há muitas argumentações *racionalizadas* que colocam a difusão das atividades de cunho social praticadas pela empresa através dos jornais, por exemplo, como uma idéia digna de apoio por parte dos empresários. Trata-se de uma orientação empresarial para que a classe obtenha maior êxito no processo de conquista do Estado. Nesse sentido, complementaremos as interpretações que fizemos a respeito dos artigos que falam da “harmonização” entre capital e trabalho e sobre a “democratização do capital”. Percebemos que, dado o contexto onde as opiniões públicas são favoráveis às reformas de base, que implicam intervenção do Estado nas estruturas da sociedade brasileira, e onde há uma campanha golpista de desestabilização do governo de João Goulart levada a cabo por empresas privadas, principalmente multinacionais, é possível que as formas simbólicas citadas acima sustentem relações sistematicamente assimétricas de dominação entre a classe empresarial e o restante da sociedade civil, tendo o controle do Estado como objetivo, dentro da linha argumentativa que Dreifuss defende.

Neste Capítulo, evidenciamos a existência de um discurso sobre a possibilidade de aperfeiçoamento da “democracia” e do capitalismo através da “humanização do trabalho”, que eliminaria as contradições entre capital e trabalho e colocaria os empregados em posição de igualdade com os patrões, participando nos lucros e na gestão da empresa. Também vimos a necessidade que as empresas multinacionais tinham de construir uma imagem positiva de seu papel na sociedade. Estas idéias convergem com a noção de que existe a possibilidade de uma “terceira via”, fruto do embate de idéias entre a “democracia” e o “totalitarismo”, entre o capitalismo e o “comunismo”, o que também encontra pontos de contato com a DSN e o pensamento de Golbery do Couto e Silva. Estas questões serão aprofundadas no próximo capítulo.

¹¹⁷ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 168

¹¹⁸ Ibid., p. 169.

3 “DEMOCRACIA” VERSUS “COMUNISMO”

Dentro do contexto da Guerra Fria, o anticomunismo se intensificou no Brasil e no mundo. Durante todo o pós-guerra, o fantasma da “Intentona Comunista” pairou sobre a gradativa ampliação da mobilização das esquerdas no país. A classe empresarial e os setores mais conservadores da sociedade encaravam o crescente protagonismo dos trabalhadores como uma potência revolucionária que poderia culminar em um regime “comunista”. Como foi argumentado no Capítulo 2, a criação do SESI em 1946 é bem sintomática deste tipo de pensamento.

No pós-guerra iniciou-se a fase de *transformismo molecular* rumo à conquista do Estado pela classe empresarial, uma argumentação de Dreifuss que expusemos no Capítulo 1. Tal fase teve início com a criação da ESG e desenvolveu-se até a renúncia de Jânio Quadros. No interior da ESG foi formulada a DSN brasileira, que preconizava o desenvolvimento como pressuposto da segurança nacional, e foi exacerbado o sentimento anticomunista. Ambos encontravam convergência com os interesses da classe empresarial, ligada ao capital multinacional e associado.

Esses oficiais militares partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários; muito (...) eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. (...) O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.¹¹⁹

A revista *Democracia e Empresa* era um espaço de divulgação das idéias da classe empresarial a respeito do conceito de “democracia” e do de “comunismo”. Havia uma valorização do “mundo livre” em detrimento do “mundo comunista”, que era *expurgado*. O “mundo livre” significava a liberdade de escolha e pensamento do indivíduo e a existência da livre iniciativa e da empresa privada, assegurados pelo regime “democrático”, que seria próprio do Ocidente. Já no “mundo comunista”, na ótica da revista, não havia liberdade, pois esta era cedida ao Estado, que se constituía como o único capitalista, dono dos meios de produção. No sistema

¹¹⁹ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 78.

“comunista” não há liberdade de pensamento nem de escolha, tampouco empresa privada.

Os artigos, através da argumentação a respeito das idéias referentes aos dois sistemas, defendiam a “democracia”. Entretanto, não apoiavam necessariamente o capitalismo, mas um “novo” sistema econômico que não estaria associado ao capitalismo extremado nem ao “comunismo”. Através do caráter adaptativo que seria inerente à “democracia” e do exercício da “função social” do capital da empresa privada, defendiam uma “terceira via” para que fosse possível a paz social. Esta síntese entre os dois sistemas foi especificada no Capítulo 2.

Tal defesa da “terceira via” converge com a necessidade de defesa do “Ocidente cristão” frente à ameaça da expansão do “Oriente ateu” que era argumentada pela DSN brasileira. Associada a esta questão, a DSI também assume um papel importante, pois a encíclica *Mater et Magistra* faz uma defesa da propriedade privada e do capitalismo neste contexto de Guerra Fria.

Desta forma, percebemos que a campanha de desestabilização do governo de João Goulart, segunda etapa do processo de conquista do Estado pela classe empresarial, tem raízes na fase de *transformismo molecular*, com o acirramento do anticomunismo e com o desenvolvimento e difusão da DSN brasileira.

Existem no total 75 artigos que se encaixaram nesta categoria de análise. Destes, selecionamos 8 para analisar, listados na Tabela 2. É importante enfatizar que existem muitos artigos com a temática do “comunismo” ou da “democracia” de forma isolada, sem muito confronto entre os dois sistemas, os quais não foram incluídos na categoria nem na seleção, visto que temos interesse no embate entre tais idéias.

Tabela 2 – “Democracia” versus “Comunismo”

Edição	Título	Autor	Páginas	Fonte
Ano I – número 1 – outubro de 1962	Apresentação	X	1	X
Ano I – número 1 – outubro de 1962	IPESUL	X	2-7	X
Ano I – número 3 –	Temas para Meditação	A. Manta	2-4	x

Edição	Título	Autor	Páginas	Fonte
dezembro de 1962				
Ano I – número 5 – fevereiro de 1963	O Brasil e a Encruzilhada	Lio Cezar Schmitt	20-24	X
Ano I – número 7 – abril de 1963	O Coletivismo, por tôda a parte a ameaçar o Homem	X	4-8	x
Ano I – número 8 – maio de 1963	Com quem está a Razão?	A. Manta	46-49	x
Ano I – número 9 – junho de 1963	Fundamentos filosóficos do mundo livre e do mundo comunista	Aula de Relações Públicas, Sociais e Humanas realizada pela Sociedade de Estudos Interamericanos	23-38	x
Ano I – número 9 – junho de 1963	Toxinas e anticorpos na Democracia	Francisco Luís Ribeiro	40-41	Transcrito do Diário de Notícias de 16.3.63

A *diferenciação* se refere à “ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem”.¹²⁰ São destacadas as diferenças entre o “comunismo” e a “democracia” e, através de uma argumentação racional, é realizada uma defesa do “mundo livre”. Já a operação do *expurgo do outro* está ligada à “construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo”.¹²¹ Tal ação pode estar associada ou não a um apelo à *unificação*. Encontramos ambas as situações nos artigos analisados. A *unificação* é um modo geral de operação da ideologia, que se refere a “uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade

¹²⁰ THOMPSON, John B. op. cit., p. 87.

¹²¹ Idem.

coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los”.¹²² Dentro deste modo geral, identificamos a estratégia de construção das formas simbólicas da *padronização*, onde estas “são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica”.¹²³ No caso, a defesa da “democracia” como o sistema inerente ao Ocidente pode ser encarada como uma *padronização*.

O “inimigo comunista”, além de ser caracterizado através da *diferenciação*, é *expurgado*. Além disso, o “outro” a ser *expurgado* por vezes é o próprio capitalismo, caracterizado como individualista e ultrapassado, mas que tem a potência de renovar-se para contemplar as demandas da sociedade, bem como a “democracia”.

3.1 EMBATES ENTRE O “MUNDO LIVRE” E O “MUNDO COMUNISTA”

Nos artigos que analisamos há um conceito claro sobre a “democracia”, que está relacionada ao “mundo livre”. Entretanto, não há um conceito claro para definir o sistema do “mundo comunista”. Os autores utilizam conceitos como o de “comunismo”, “socialismo” ou “totalitarismo” para se referirem fundamentalmente a uma mesma idéia: a de que se trata de um sistema que nega a liberdade, cedida ao Estado, único dono dos meios de produção. Apenas o inimigo a ser combatido era uma certeza: o “comunismo”.

Através do reconhecimento dos problemas do capitalismo e do “comunismo”, ambos negativos e extremistas, os artigos recomendavam o desenvolvimento de um novo sistema. Por meio de um embate entre as idéias do “mundo livre” e do “mundo comunista”, optava-se pelo aperfeiçoamento do sistema de governo do “mundo livre”: a “democracia”. Também há associação entre o conceito de “democracia” e o de capitalismo, fazendo com que o aperfeiçoamento daquela signifique o deste. Tal aprimoramento é a “humanização do trabalho”, relacionada ao que viria a ser o *toyotismo* nos anos 1980, argumentação realizada no Capítulo 2.

Os “materialistas”, como eram chamados os que se alinhavam com o pensamento marxista, independente de suas derivações, eram considerados pessoas que não se preocupavam com as “coisas do espírito”, como a arte, por exemplo. Ao contrário, pensavam apenas no que é concreto. Os autores defendiam

¹²² Ibid., p. 86.

¹²³ Idem.

a idéia de que as pessoas que pensavam o mundo sob a ótica do materialismo histórico eram simplesmente “materialistas”, de forma pejorativa. Além disso, há uma crítica ao “determinismo” do pensamento “materialista”, pois nele a história já teria um fim, e só restaria chegar até lá, o que eliminaria o livre arbítrio do indivíduo.

Referindo-se à exploração dos trabalhadores no capitalismo e ao “determinismo” no “mundo comunista”, um dos artigos argumenta que

nunca, no mundo livre, se negou a existência desses abusos nem os males políticos, sociais e econômicos que acarreta. O que se nega é que para coibir esses abusos e para corrigir esses males, deva-se abdicar da concepção do primado das idéias para aderir à do primado dos fatos e com isso, despir a pessoa humana da dignidade que lhe confere o livre arbítrio para relegá-lo à condição de simples peça na engrenagem dos fatos, que lhe empresta o determinismo, da economia totalitária comunista.¹²⁴

Há uma argumentação *racionalizada* que diz que embora haja abusos no capitalismo, não é justificável a opção por um sistema que coloca os fatos acima das idéias (determinismo) em detrimento do primado das idéias sobre os fatos (livre arbítrio). Se o capitalismo comete seus abusos, isso não justifica optar pelo outro extremo, que retira a liberdade. Esta argumentação justifica a idéia da “humanização do trabalho”, pois o caminho correto seria o aperfeiçoamento da “democracia”, não a opção pela negação da liberdade. Ao mesmo tempo em que *diferencia* os dois “mundos”, *expurga* o “comunista” através da defesa de que é justo manter-se na “democracia”, uma vez que esta assegura a liberdade.

A oposição entre as empresa privadas e as empresas estatais como derivação do embate entre as idéias do “mundo livre” e do “mundo comunista” é recorrente:

os campos se delineiam na exasperação do individualismo egoísta, escorado num conceito desvirtuado de liberdade ampla de ação, no campo econômico, e na antítese desesperada do nacionalismo caolho, temendo a presença do indivíduo na produção de riquezas, não pelo temor do indivíduo, mas pelo medo à dominação estrangeira, através dos trustes e dos cartéis, preconizando, por isso mesmo, a estatização crescente dos meios de produção, para a defesa da soberania da nacionalidade.¹²⁵

¹²⁴ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “Fundamentos filosóficos do mundo livre e do mundo comunista”. Porto Alegre, ano 1, n. 9, jun. 1963, ps. 24-25.

¹²⁵ SCHMITT, Lio Cezar. “O Brasil e a Encruzilhada”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 1, n. 5, fev. 1963, p. 23.

Neste artigo é defendida a “terceira via” através da crítica aos dois sistemas. Entretanto, o nacionalismo é caracterizado como “caolho”, uma vez que, receando a dominação estrangeira, apela para a estatização dos meios de produção. Desta forma, há uma *racionalização* que defende que o nacionalismo estatizante, em oposição ao capitalismo do “individualismo egoísta”, também é indesejável, porque se alinharia ao sistema do “mundo comunista”.

A opção por um dos dois sistemas citados é considerada negativa, e um artigo argumenta que

é hora da Nação acordar para a realidade e buscar as soluções justas e adequadas, sem se preocupar com esquerda ou direita; sem se preocupar com soluções de outros países, que geopoliticamente apresentam condições imensamente diferentes das nossas; sem se preocupar com nomes ou sistemas, pois sentimos que da luta entre capitalismo e comunismo, sairá vitorioso um sistema diferente, que poderíamos chamar – solidarismo, colaboracionismo ou outra coisa qualquer.¹²⁶

O embate de idéias referentes aos dois “mundos” culmina novamente na “terceira via”. O termo “solidarismo” ou “colaboracionismo” para se referir à “terceira via” como fruto da “humanização do trabalho” é uma *eufemização*¹²⁷. Há uma tentativa de anulação da posição política, ignorando a classificação de “esquerda” ou “direita”. O “novo” sistema estaria acima de tais polarizações. Há a procura por uma solução própria para os problemas brasileiros, sem optar entre dois sistemas relacionados a países diferentes, mantendo-se, entretanto, no capitalismo, como os próprios autores da revista frisaram diversas vezes, ressaltando a adaptabilidade deste e da “democracia” às demandas sociais de cada época.

É importante ressaltar que esta questão está ligada à concepção de que o capitalismo “não é um sistema dogmático e nem foi criado por ninguém”.¹²⁸ Ou seja, há uma *naturalização*¹²⁹ de um fenômeno histórico, colocado como se não fosse uma construção social. Além disso, pressupõe a *eternalização*¹³⁰ do capitalismo, já que é necessário apenas reformá-lo para que haja paz social.

Em relação à crítica que as esquerdas fazem ao capital,

¹²⁶ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. “IPESUL”. Porto Alegre, ano 1, n. 1, out. 1962, p. 6.

¹²⁷ THOMPSON, John B. op. cit., p. 84.

¹²⁸ MANTA, A. *Democracia e Empresa*. “Temas para Meditação”. Porto Alegre, ano 1, n. 3, dez. 1962, p. 3.

¹²⁹ THOMPSON, John B. op. cit., p. 88.

¹³⁰ Idem.

afirma-se que êle propicia a exploração do homem e, no entanto, a *supressão do Capital privado significa a exploração do homem pelo Estado*. No primeiro caso, o Estado pode intervir como medidor entre o Capital e o Trabalho, evitando os abusos; no segundo caso, *quem defenderá o homem contra os abusos do Estado?*¹³¹

A defesa do “mundo livre” e do livre mercado é evidente, e a crítica à estatização dos meios de produção é uma *racionalização* coerente. Esta argumentação reforça a idéia defendida pela classe empresarial de que a empresa privada e o capital privado são os sustentáculos da “democracia”, e, por conseqüência, do livre arbítrio do indivíduo ocidental. Ivan Thiago Machado Oliveira sustenta que

muitos estudiosos fazem uma clara defesa da liberdade econômica como um fim em si mesmo. Ademais, afirmam existir uma clara interdependência entre liberdade de iniciativa econômica e liberdade política, sendo a economia de mercado, destarte, um elemento essencial para o alcance efetivo da democracia, onde seriam observados os direitos individuais, a liberdade de oportunidade, liberdade de pensamento, etc.¹³²

Ou seja, há um vínculo entre “democracia” e capitalismo, que foi reforçado pela idéia de defesa do “Ocidente cristão” pela DSN através da sugestão de adequação à “terceira via” e também pela “humanização do trabalho”, que é a base do “novo” sistema. Desta forma as estatizações são *expurgadas*, pois culminariam em um sistema que não permitiria a defesa do indivíduo perante os abusos do Estado, ao contrário do regime “democrático”, onde os excessos da empresa privada poderiam ser atenuados pelo Estado.

Existem *racionalizações* que defendem o “mundo livre” em detrimento do “mundo comunista”, através da argumentação de que há um vínculo entre a livre iniciativa e a “democracia”, que deve ser mantido frente à ameaça da anulação do indivíduo decorrente da estatização dos meios de produção e à cessão da liberdade ao Estado. Percebemos várias *diferenciações* e a estratégia de construção simbólica do *expurgo do outro*. Primeiro, uma identificação do inimigo a ser combatido através

¹³¹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “IPESUL”. op. cit., p. 4 (grifos no original).

¹³² OLIVEIRA, Ivan Thiago Machado. “A economia de mercado como um sistema de perfeita liberdade: notas a partir do pensamento de Adam Smith”. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 8, n. 88, set. 2008, p. 3. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88oliveira.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

das características que o diferenciariam da “democracia” e do capitalismo. Depois, o seu *expurgo*.

Dado o contexto de crescente demanda popular pelas estatizações e de críticas fortes à participação do capital privado na economia nacional, mais especificamente o capital estrangeiro, associado à campanha de desestabilização do governo de João Goulart realizada pela classe empresarial, é razoável inferir que as formas simbólicas analisadas acima podem sustentar relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora, à medida que fornecem elementos simbólicos de coesão e mobilização para aquela.

3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A DEFESA DO “OCIDENTE CRISTÃO”

Com a Guerra Fria e a fase de *transformismo molecular* que se iniciou a partir da criação da ESG, foi desenvolvida no interior desta instituição a DSN brasileira, que passou a sustentar a idéia de que havia uma guerra entre o Ocidente e o Oriente. Segundo Nilson Borges, “objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”.¹³³ A DSN tinha como base a defesa hemisférica pautada pela *Doutrina Monroe*¹³⁴, e, no Brasil, pressupunha a cooperação com os Estados Unidos na defesa do bloco ocidental contra o avanço do oriental, pois, na Guerra Fria, “um sistema de segurança isolado não era mais admissível no mundo capitalista”.¹³⁵ Desta forma, “a doutrina hegemônica no seio das Forças Armadas vinculou num pacto faustiano os objetivos da Nação aos objetivos da Segurança Nacional dos Estados Unidos”¹³⁶, para que fosse possível conter o “comunismo”.

Com o advento da Revolução Cubana, o conceito de “guerra revolucionária” foi apropriado dos militares franceses, definida como uma “doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos

¹³³ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. op. cit., p. 109.

revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações”.¹³⁷ A intensificação das mobilizações sociais no início dos anos 1960 serviu “para consolidar no meio militar a idéia de que a guerra revolucionária já começara no país”.¹³⁸ Desta maneira, a lógica do inimigo interno, que é anônimo e está difuso na multidão, intensificou-se.

O criador das bases da DSN brasileira foi o general Golbery do Couto e Silva, redator do *Memorial dos Coronéis* e do *Manifesto dos Generais*, além de chefe do SNI na ditadura civil-militar. Golbery argumentava que era necessário defender a civilização cristã ocidental. Associada a esta defesa está a interpretação de que o Ocidente estava em decadência. Esta idéia tem suas origens nos estudos de Arnold J. Toynbee e Spengler. Em relação a isso, Miguel Rojas Mix argumenta, citando Golbery, que

não é por simples acaso que dois espíritos tão fundamentalmente antagônicos como o de Spengler e o de Toynbee vislumbraram ambos (...), no futuro que de nós se avizinha, a sombra do grande Império Universal em que se aniquilará, por fim, a civilização ocidental.¹³⁹

É importante lembrar que era necessário assegurar o desenvolvimento para que fosse possível obter a segurança na ótica da DSN. Desta forma,

o chamado “desenvolvimento associado” e a atração de investimentos, tido como a única forma viável de crescimento pela Doutrina de Segurança Nacional, exigia o estabelecimento da “ordem” como justificação ideológica. O Estado forte, centralizado e autônomo em relação à sociedade civil tinha as condições de – através da coação, propaganda, disciplina e repressão – desenvolver as condições para a acumulação de capital – era esse o Estado da Doutrina de Segurança Nacional.¹⁴⁰

O embate entre Ocidente e Oriente aparece já no primeiro artigo que analisamos, uma apresentação da *Democracia e Emprêsa*: “o mundo atingiu um estágio em que a luta entre o Bem e o Mal está delineada; quem dominará, quem

¹³⁷ ARRUDA, Antônio de. *ESG, história de uma doutrina*. São Paulo: GRD, 1980, p. 246 apud Ibid., p. 110.

¹³⁸ Ibid., p. 111.

¹³⁹ MIX, Miguel Rojas. “La dictadura military en Chile e América Latina”. In: WASSERMAN, Cláudia (org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 23.

¹⁴⁰ DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. op. cit., p. 66.

*erguerá o império universal, Roma ou Cartago?*¹⁴¹ Há uma associação do “bem” com Roma, *metáfora*¹⁴² do Ocidente, e do “mal” com Cartago, *metáfora* do Oriente. Além disso, há uma *diferenciação* entre os dois “mundos” e uma *unificação* ligada à *padronização*, pois há associação entre o “bem” e a “democracia” e o “mal” e o “comunismo”. O artigo defende que “*nada devemos temer uma vez que, à semelhança dos marinheiros de Lepanto, soubermos empunhar a espada e o Evangelho*”.¹⁴³ O apelo à *unidade* no combate ao “comunismo” é forte, pois associa a civilização cristã ocidental aos “marinheiros de Lepanto”. Foi na Batalha de Lepanto, em 1571, que os cristãos frearam a expansão dos otomanos.¹⁴⁴ Da mesma forma, no contexto do Brasil nos anos 1960, era necessário impedir a expansão do “comunismo”, que deveria ser *expurgado*.

Em um artigo que critica os comentários de Francisco Julião a respeito da situação brasileira no contexto de Guerra Fria, é argumentado que

as democracias, no seu metabolismo político e social, produzem toxinas e anticorpos; a mesma liberdade que introduz no organismo da Nação os micróbios que o atacam, cria, concomitantemente, os antitóxicos que o imunizam. Sabe-se que os organismos assépticos podem ser presa fácil de infecções, por carência de meios naturais de defesa. O que fortalece as democracias é, pois, essa permanente e surda investida dos antidemocratas, que produz os anticorpos capazes de a deter. Dêsse conflito surge, em tôda a sua grandeza, a magnífica resistência do regime.¹⁴⁵

A “democracia”, concebida como natural, teria a capacidade de se adaptar às demandas sociais de uma época da mesma maneira que o capitalismo. Funcionaria como um organismo vivo, e, por isso, o artigo defende que existem funções biológicas da “democracia” através da *metáfora*. Quanto mais o “inimigo comunista” do regime “democrático” o ataca, mais este se fortalece, com a criação de “anticorpos” que protegem a “democracia” de novos ataques. A existência do “comunismo” é o pressuposto para a imunização da “democracia”. Tal idéia converge com uma outra da ditadura civil-militar que, “de viés saneador, visava

¹⁴¹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “Apresentação”. op. cit., p. 1 (grifos no original).

¹⁴² THOMPSON, John B. op. cit., p. 85.

¹⁴³ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. “Apresentação”. op. cit., p. 1 (grifos no original).

¹⁴⁴ SCHILLING, Voltaire. *Ocidente x Islã*. Porto Alegre: L&PM, 2006, ps. 118-119.

¹⁴⁵ RIBEIRO, Francisco Luís. “Toxinas e anticorpos na Democracia”. *Democracia e Emprêsa*. Porto Alegre, ano 1, n. 9, jun. 1963, p. 40.

‘curar o organismo social’ extirpando-lhe fisicamente o ‘câncer do comunismo’”.¹⁴⁶ O *expurgo* do “comunismo” é bem claro nestas duas formulações.

Em relação à temática da decadência do Ocidente, um artigo sustenta que

vivemos, realmente, numa sociedade em desintegração, anárquica e contraditória, época em que o homem se tornou o seu pior inimigo e em que as instituições, longe de se apoiarem mutuamente, opõem-se em conflitos ásperos, destruindo-se, e, resultando tudo naquele padrão regular de dissolução social de que fala o filósofo da História, Toynbee: de um lado um proletariado recalcitrante em que refervem abusivas reivindicações e raivas incontidas, de outro lado uma minoria inepta, egoísta e gozadora, espetáculo que sempre se nos depara no final de uma civilização, quer se trate do Egito, da Assíria, Grécia ou Roma.¹⁴⁷

Há uma *racionalização* que defende e afirma a idéia de que a civilização ocidental está chegando ao fim devido à desintegração e desunião das instituições, que, ao invés de permanecerem em harmonia auxiliando-se mutuamente, entram em conflitos, o que pode caracterizar a crise da “democracia”. Além disso, há uma idéia negativa dos trabalhadores e do setor administrativo, evidenciando a suposta decadência.

Nestes artigos, há um apelo à *unidade*, através da estratégia da *padronização* do Ocidente no conceito de “democracia”, para que seja combatido o inimigo do Oriente, que deve ser *expurgado* para que a civilização cristã ocidental não decaia. Há uma *racionalização* da idéia de que o “mundo ocidental” está em perigo e é preciso defendê-lo através da luta contra o “comunismo”. A estratégia da *metáfora* foi utilizada para explicitar a suposta dinâmica biológica da “democracia” e a sua força contra o inimigo.

No período de *transformismo molecular*, com o aumento gradativo da participação das esquerdas na política e com a ampliação destas na segunda metade dos anos 1950 e no início dos anos 1960, o anticomunismo foi aumentando gradualmente nos setores mais conservadores da sociedade, incluindo a classe empresarial. Já na campanha de desestabilização do governo de João Goulart, o anticomunismo foi exacerbado, e abriu caminho para uma guerra de contenção do inimigo interno subversivo em prol da vitória da civilização cristã ocidental frente à

¹⁴⁶ FICO, Carlos. op. cit., p. 39.

¹⁴⁷ DEMOCRACIA E EMPRÉSA. “O Coletivismo, por tóda a parte a ameaçar o Homem”. Porto Alegre, ano 1, n. 7, abr. 1963, ps. 5-6.

expansão do Oriente “comunista”. Tal Ocidente seria contra o programa nacional-estatizante que João Goulart tentava executar. Além disso, o seu próprio governo era identificado pela classe empresarial como “comunista”, e como tal deveria ser expurgado. Então, dentro deste contexto estruturado, as formas simbólicas que analisamos podem sustentar relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora, na medida em que as possibilidades de transformações estruturais do Brasil que teriam chances de beneficiar a maioria da população, de acordo com as esquerdas da época, foram consideradas uma ameaça à civilização ocidental.

Argumentamos que o embate entre as idéias do “mundo livre” e do “mundo comunista” gerava a “terceira via”, que, todavia, mantinha-se no capitalismo. Defendemos que havia uma convergência entre liberdade política e liberdade econômica nas idéias do “mundo livre”, e que as empresas privadas eram o sustentáculo da própria “democracia”. Sustentamos que a DSN brasileira teve raízes na ESG e preconizava a defesa do Ocidente em união hemisférica com os EUA, pois a civilização cristã ocidental estaria em decadência. Também defendemos que houve uma identificação do governo de João Goulart como uma “ameaça comunista” aos interesses da classe empresarial, devido em grande parte à tentativa de implantar as reformas de base. Os discursos da *Democracia e Empresa* a respeito deste governo e das reformas de base serão analisados no próximo capítulo.

4 PROBLEMAS BRASILEIROS

No início dos anos 1960, o Brasil sofria o desgaste econômico proveniente do Plano de Metas de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, que foi realizado através de uma grande abertura ao capital estrangeiro e à entrada de multinacionais no país. Com a modernização dos centros urbanos e a criação de Brasília em 1960, o desenvolvimento do meio rural foi relegado a um segundo plano. A opção histórica pela modernização das cidades em detrimento do campo vem desde a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), onde Getúlio Vargas, no contexto do Estado Novo, regularizou o trabalho no meio urbano e abriu espaço para que os latifundiários sustentassem o *status quo* no meio rural através da não-intervenção naquela área.

Houve um grande êxodo rural entre os anos 1950 e início dos anos 1960. Segregados pela falta de investimentos públicos no campo e seduzidos pelas oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos, a população rural migrou em massa. O inchaço das capitais acompanhava o desenvolvimento industrial, que necessitava desta mão-de-obra disponível e barata para suprir as fábricas.

O desenvolvimento de “50 anos em 5” acarretou uma inflação crescente:

em sua primeira mensagem ao Congresso, Goulart revelou que a elevação geral dos preços, registrada em 1961, fora de 45%, a maior do decênio, em virtude das emissões destinadas a atender às crescentes necessidades de crédito das empresas privadas e à cobertura do *déficit* (sic) do Tesouro Nacional. O Governo do Primeiro-Ministro Tancredo Neves não conseguiu contê-las e a inflação se acelerou, extraordinariamente, exacerbando os conflitos sociais.¹⁴⁸

Com o aumento da renda geral dos trabalhadores urbanos e o crescimento da população das cidades, houve uma “expansão da demanda de alimentos”.¹⁴⁹ Desta forma,

com o *insuficiente crescimento da produção agrícola* para o mercado interno, passaram a ocorrer, a partir de 1961, agudas crises de

¹⁴⁸ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 45 (grifo no original).

¹⁴⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., p. 23.

abastecimento, gerando inquietações sociais e movimentos reivindicatórios de grande extensão nos campos e nas cidades.¹⁵⁰

O regime parlamentarista era conveniente à classe empresarial, pois impedia João Goulart de governar efetivamente. “O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade”.¹⁵¹ Assim,

a vitória das forças politicamente conservadoras do Congresso evidenciava-se mediante a composição do Gabinete, onde 4 ministros representavam o PSD e 2 a UDN; ao partido do qual o presidente da República era o presidente nacional, PTB, coube apenas uma pasta: o Ministério das Relações Exteriores, na figura de Francisco San Tiago Dantas.¹⁵²

Com o retorno ao presidencialismo, os debates sobre as reformas de base se intensificaram e a possibilidade destas serem implantadas aumentou. Ainda no regime parlamentarista,

em reiteradas oportunidades, o presidente da República tinha se pronunciado acerca da urgência de o Executivo e de o Congresso aprovarem as reformas estruturais exigidas para a superação dos graves problemas econômicos, sociais e institucionais enfrentados pelo país.¹⁵³

Visto que as reformas de base eram temáticas constantes no debate político brasileiro e não havia possibilidade de ser contra elas sem a perda de prestígio político, as esquerdas e as direitas passaram a confrontar suas idéias a respeito das formas de implementação destas transformações. O debate sobre a reforma agrária é um exemplo emblemático. As esquerdas desejavam que fossem realizadas expropriações sem indenização prévia aos proprietários das terras. Já os setores direitistas não toleravam qualquer alteração na Constituição a respeito de tal indenização, pois já estava prevista, e deveria ser paga se qualquer iniciativa para a reforma agrária fosse tomada. Paralelo a estas questões estava o debate sobre a

¹⁵⁰ Ibid., ps. 23-24 (grifos no original).

¹⁵¹ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. op. cit., p. 348.

¹⁵² TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., p. 25.

¹⁵³ Ibid., p. 30.

defesa da intervenção estatal ou da liberalização da economia, polarizando as esquerdas e as direitas nas propostas para os rumos do desenvolvimento econômico do país.

No campo das relações exteriores, a PEI era um fator de tensão entre as direitas. A idéia de “auto-determinação dos povos” preconizada na PEI não implicava alinhamento automático com o bloco soviético. Ao contrário, pressupunha a comercialização com todos os países visando colher benefícios para o Brasil em termos de relações internacionais e de políticas econômicas. Todavia, após a Revolução Cubana, qualquer aproximação com os países do bloco soviético era vista com receio pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira. A classe empresarial, defensora do regime “democrático” e do “mundo livre”, não tolerava este tipo de comportamento por parte do Estado, e o criticava fortemente por isso.

O protagonismo das esquerdas era visto com temor pelas direitas do período. Havia uma participação cada vez maior dos trabalhadores na elaboração de políticas públicas e na reivindicação de melhores condições de trabalho, além de participarem do debate nacional a respeito das reformas estruturais que supunham necessárias para o país. Todavia, eram tratados pelas direitas como “massa”. Tais práticas eram consideradas fruto da manipulação dos “populistas”^{*} e “demagogos”, que mobilizavam as massas para colher benefícios políticos. Ou seja, na ótica da classe empresarial, havia uma exploração política do protagonismo das esquerdas que estava associado a práticas “demagógicas”.

O sindicalismo brasileiro, no triênio 61/63, alcançou um dos seus momentos de mais intensa atividade (de 1958 a 1960, no governo Kubitschek, tinham ocorrido no País cerca de 177 greves, enquanto nos três anos seguintes foram deflagradas um total de 435 paralisações).¹⁵⁴

Os sindicatos estavam atrelados ao Estado desde o Estado Novo, o que fez com que os setores direitistas explorassem a figura do “pelego” que supostamente encarava o sindicalismo como uma profissão, devido à existência do imposto sindical. Nos anos 1960, entretanto, já existiam entidades paraestatais que, portanto,

^{*} Nesta pesquisa, estamos considerando o sentido que o termo “populismo” adquiriu no discurso das direitas. Não pretendemos contrapor este com a idéia de “trabalhismo”. Para uma análise histórica do conceito de “populismo”, ver: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., ps. 72-73.

não estavam atreladas ao Estado, aglutinando diversos grupos trabalhadores, suas reivindicações e lutas. Tais entidades eram consideradas ilegais, na ótica da classe empresarial. A principal entidade concentradora de diversos grupos unidos em suas reivindicações era o CGT, criado em 1962.

Há uma grande quantidade de artigos referentes aos problemas que diversas regiões do mundo enfrentavam. Também existem artigos que debatem filosoficamente alguma questão referente ao Brasil, mas que não constituem efetivamente uma proposta, solução ou discussão em relação a um problema específico. Optamos por selecionar apenas os que se referem a problemas, especificamente os brasileiros. 74 artigos encaixaram-se nesta categoria. Destes, escolhemos 6 artigos para analisar, listados na Tabela 3.

Tabela 3 – Problemas Brasileiros

Edição	Título	Autor	Páginas	Fonte
Ano I – número 3 – dezembro de 1962	A Reforma dos Partidos Políticos	Paulo Tollens	5-11	X
Ano I – número 3 – dezembro de 1962	Reformas de Cúpula	João Camillo de Oliveira Tôrres	20-21	Transcrito do “Correio do Povo” de 15- 11-62
Ano I – número 6 – março de 1963	Conversa Fiada	Luís Sucupira	27	Transcrito do “JORNAL DO DIA” de 24.1.63
Ano I – número 11 – agosto de 1963	A Cegueira dos Medíocres	X	36	Transcrito do “BC Economia e Política de 15-4-63
Ano I – número 12 – setembro de 1963	Plasmar é Construir o Futuro	Prof. Raymundo A. C. Moniz Aragão	53	Transcrito do “Boletim do Diretório Central da LIGA DE DEFESA NACIONAL” – outubro de 62
Ano II – número 1 – outubro de 1963	Razão	X	38	Do “Correio da Manhã” – Rio – 7-6-63

O *expurgo* dos políticos de um modo geral, vistos pela classe empresarial como demagogos e oportunistas, é recorrente nos artigos analisados. Através de *racionalizações*, argumentam que a administração do Estado, e em especial os políticos, são os responsáveis pelos problemas do país, sugerindo que a classe empresarial tem o dever de defender o regime “democrático” frente à crescente “comunização” do Estado brasileiro, que causa inúmeros problemas.

4.1 O “POPULISMO” E O “COMUNISMO”

Com a ascensão de João Goulart à presidência da República a crítica aos “demagogos”, “populistas” e “comunistas” se intensificou. Estes adjetivos convergem no sentido e significam, na visão dos setores direitistas da sociedade, os políticos que se utilizam das “massas” para ganhar benefícios políticos. Através da manipulação destas “massas”, os políticos pautariam as reivindicações dos trabalhadores da maneira que lhes fosse conveniente. Partindo do princípio de que os trabalhadores são “coisas”, passíveis de manipulação, sem força ativa, podemos dizer, a partir da interpretação das direitas, que tratam-se de “massas apáticas”. Seguindo esta mesma linha de raciocínio da classe empresarial, a apatia dos trabalhadores abre espaço para que as propostas do “comunismo” se infiltrem nos ambientes de trabalho e se difundam. O termo “massas”, no caso, também está associado à expressão “inocentes úteis”, que, utilizada pelas direitas, se refere àqueles que, ingenuamente, são seduzidos pelo “comunismo”. Desta forma, o povo, na sua suposta ingenuidade, acabava sendo manipulado para a causa “comunista” sem saber.

Prosseguindo no mesmo pensamento, é possível chegar à conclusão de que quanto mais poder na mão de um político, maior o grau de manipulação das “massas” e maior a mobilização das reivindicações para adquirir vantagens políticas próprias, na ótica da revista que analisamos. Portanto, estas idéias justificam o apoio ao regime parlamentarista que era oferecido pela classe empresarial, pois nele há supostamente uma descentralização do trabalho que é benéfica para o Estado, desconcentrando o poder da mão do Executivo:

no regime presidencial, o presidente assumia as mais incríveis e espantosas atribuições – tantas eram que, segundo se dizia, houve

um presidente que possuía auxiliares de confiança que lhe imitavam a letra, para assinar o expediente – para governar, êste era quase inexistente. Em regime parlamentar, com a elevação do presidente da República a uma magistratura suprapolítica e a entrega da chefia do governo e da liderança do Parlamento a outra pessoa, poderia haver uma certa distribuição de tarefas, facilitando o trabalho.¹⁵⁵

Através da *racionalização*, há uma argumentação que defende o parlamentarismo em função da supostamente necessária desconcentração do poder do Estado das mãos do Executivo. O regime parlamentarista é apresentado como digno de apoio de acordo com a argumentação. Diante do exposto acima e sabendo do temor da classe empresarial em relação à crescente intervenção do Estado na economia e em relação às propostas das reformas de base, esta forma simbólica pode ter sustentado relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora, visto que o regime parlamentarista funcionou como uma “camisa-de-força” para João Goulart, que só pôde fazer com que seu Executivo funcionasse efetivamente a partir de janeiro de 1963, com o plebiscito que lhe garantiu o retorno ao regime presidencialista.

O chamado à defesa da “democracia” também é recorrente nas revistas:

mas nem só de médiocres compõe-se a cúpula política do País. Há homens capazes, nos partidos, no Governo, no Congresso, nas classes produtoras, em todos os setores da vida nacional. E é sobre êstes que repousa uma grande responsabilidade: a tarefa de tomar o lugar daqueles, de assumir a liderança, de preencher os claros, de impedir, enfim, que os médiocres continuem pondo seus interesses pequenos no primeiro plano, enquanto os inimigos da democracia vão minando o sistema democrático e assumindo a direção dos acontecimentos.¹⁵⁶

Partindo do princípio de que a revista se coloca como defensora do regime “democrático”, e que engloba a classe empresarial nesta mesma função, podemos inferir que a responsabilidade de assumir a liderança e impedir a atuação individualistas dos “mediocres” é, principalmente, da própria classe empresarial, pois é a esta que a revista dá ênfase. É chamada, em diversos artigos das revistas, a *unificar-se* em benefício do “mundo livre” e da “democracia”. Além deste apelo à *unificação*, a suposta inação do Estado é *racionalizada*. Na visão da revista, é

¹⁵⁵ TÔRRES, João Camillo de Oliveira. “Reformas de Cúpula”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 1, n. 3, dez. 1962, p. 20.

¹⁵⁶ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. “A Cegueira dos Médiocres”. Porto Alegre, ano 1, n. 11, ago. 1963, p. 36, Transcrito do *BC Economia e Política* de 15-4-63.

legítima a ação dos “homens capazes” de impedir os “mediócras” da política do país de governarem apenas para seu próprio benefício ao invés de servirem ao “bem coletivo”. Este tipo de pensamento justifica uma possível intervenção *unificada* em nome de uma suposta inação do Estado. Além disso, tal ausência abre espaço para que os “inimigos da democracia” se infiltrem e tomem o controle do rumo dos acontecimentos. Estes devem ser *expurgados* para que o regime “democrático” sobreviva.

A crítica à inação do Estado é freqüente nos artigos analisados:

não há o que temer, só a inação. Esta sim, conduz à deterioração das vontades, cria os conflitos internos, gera a confusão e o caos. Nem há o que mudar. Os rumos estão definidos, a ação foi iniciada; agora, o que resta é prosseguir, intensificar o esforço, empreender uma etapa decisiva, inspirada na experiência que já possuímos, coerente com as nossas tradições, em demanda das metas fixadas.¹⁵⁷

Na visão da revista, os conflitos internos do Brasil são gerados especificamente pela inação do Estado diante dos problemas existentes. É importante ressaltar a lógica da argumentação em relação à defesa do regime “democrático”. Parte-se do princípio de que não é necessária uma mudança, já que somos governados sob o regime “democrático”, o qual devemos defender. Esta *racionalização* legitima a defesa da “democracia” diante da inação do Estado, para que o “comunismo” não triunfe no Brasil. Além disso, há um apelo à tradição referente ao próprio regime “democrático”, o qual remete à dicotomia entre o sistema do Ocidente e o do Oriente, que estariam em guerra.

Em suma, trata-se de um apelo à união dos brasileiros através da operação de construção simbólica da *unificação* para lutarem contra a inação e a favor da “democracia”. É sintomático que o artigo seja de outubro de 1962, mês em que, no dia 7, houve eleições para senador, deputado federal, deputado estadual, governador, prefeito e vereador. Só não houve votação para presidente e vice-presidente. Então, neste contexto pré-votação e pós-votação, somado a uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart levada a cabo pela classe empresarial, tal forma simbólica pode ter sustentado relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora, visto que

¹⁵⁷ ARAGÃO, Raymundo A. C. Moniz. “Plasmar é Construir o Futuro”. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, ano 1, n. 12, set. 1963, p. 53.

havia um apelo a favor da “democracia” que poderia influenciar determinadas pessoas a votarem nos opositores de João Goulart, já que este estava associado à imagem de “comunista” ou “inativo”.

4.2 AS REFORMAS DE BASE

As reformas de base eram fontes de grandes debates políticos no início dos anos 1960, especificamente no governo de João Goulart, seja no regime parlamentarista ou no presidencialista, mas principalmente no último. Roland Corbisier, importante integrante do ISEB e representante das idéias relacionadas ao nacional-desenvolvimentismo, argumenta que

o desenvolvimento passou a exigir, sob pena de entrar em colapso, transformações na estrutura econômica e social do País, mudanças essas que correspondem ao que se convencionou chamar de Reformas de Base. É, portanto, o agravamento das contradições internas, provocado pelo desenvolvimento, que tornou as Reformas de Base necessárias e inadiáveis.¹⁵⁸

Assim, foram as próprias contradições internas provocadas pelo desenvolvimento econômico do Brasil até o período que tornavam os reajustes estruturais necessários à continuidade deste mesmo desenvolvimento. Segundo o autor, o pressuposto para que o Brasil continuasse crescendo era a implantação das reformas de base. “O debate sobre o assunto empolgara a sociedade de tal modo, que, a partir de um certo momento, tornou-se difícil encontrar alguém, ou alguma força política, que sustentasse explicitamente que o país não precisava de reformas”.¹⁵⁹ Já que ausentar-se da discussão ou criticar as reformas de base não levaria a nada, pois era o maior dos debates políticos do período, restava às direitas discutir os termos em que as reformas seriam aplicadas. Por exemplo, a reforma agrária: se seria aplicada de qualquer maneira, independentemente das críticas das direitas, que ao menos fosse realizada com indenização prévia das terras

¹⁵⁸ CORBISIER, Roland. “Lógica e cronologia das reformas”. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006, p. 148.

¹⁵⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. op. cit., p. 330.

expropriadas, na ótica destas. A revista *Democracia e Empresa* reproduziu várias conclusões de estudos do IPÊS em relação às reformas de base.

Daniel Aarão Reis Filho sintetizou as propostas reformistas, e argumentou que eram

a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e a sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; *a reforma urbana*, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; *a reforma tributária*, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; *a reforma eleitoral*, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa.¹⁶⁰

O autor prossegue, argumentando a existência da proposta da

reforma bancária, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critérios social e nacionalmente orientados; *a reforma do estatuto do capital estrangeiro*, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; *a reforma universitária*, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais.¹⁶¹

Roland Corbisier defende que havia uma lógica e uma cronologia nas propostas das reformas de base. Além de estarem inter-relacionadas, propondo uma reforma estrutural do Estado de forma integrada, havia uma ordem em que tais reformas deveriam ser implementadas para que todas fossem bem-sucedidas. A cronologia das reformas era a seguinte: reforma eleitoral, administrativa, tributária, agrária, urbana, bancária, cambial e, por último, a reforma universitária.¹⁶² É importante ressaltar que a primeira reforma, no pensamento de Corbisier, era a eleitoral, para que, em suma, os analfabetos pudessem votar e para que a composição da administração estatal fosse diversificada.

As críticas às reformas de base, entretanto, eram muito variadas. A sua associação com os “demagogos” e “populistas” é freqüente nos artigos analisados:

¹⁶⁰ Ibid., ps. 329-330 (grifos no original).

¹⁶¹ Ibid., p. 330 (grifos no original).

¹⁶² CORBISIER, Roland. op. cit., ps. 147-173.

pois justamente a resistência tenaz dos círculos conservadores contribuiu para que a propaganda das reformas de base caísse nas mãos de demagogos; alguns dêles exploram o programa reformista, insinceramente, para fins políticos; outros, realmente, defendem as reformas com mal dissimuladas segundas intenções, esperando que a resistência conservadora leve a insatisfação popular a romper todos os diques, com conseqüências imprevisíveis para a ordem social e para a economia do país.¹⁶³

Argumenta de forma *racionalizada* que a resistência dos conservadores às reformas de base abriu espaço para a apropriação da defesa destas por parte dos “demagogos”, que as exploram para fins políticos e alimentam a insatisfação popular frente aos mais conservadores. Há um *expurgo* dos políticos que apóiam as reformas de base, pois esta forma simbólica associa tal apoio a segundas intenções e fins políticos próprios. É necessário, então, que os conservadores não resistam às reformas de base e as apóiem, para que os “demagogos” não se utilizem destas propostas para fazerem oposição aos setores mais à direita, visto que as reformas de base eram muito populares e isso acabaria diminuindo o prestígio dos mais conservadores.

Os políticos de um modo geral são *expurgados*. Em relação ao abalo profundo que a sociedade brasileira estaria sofrendo com as reivindicações das reformas estruturais,

os mediócras não são capazes de enxergá-lo. Teimam em “negociar” vantagens, em “enquadrar” as próprias reformas na pequenez de seus objetivos próprios. A reforma agrária em função de suas bases eleitorais. A reforma administrativa em função de seus planos de se apossarem da máquina administrativa. A reforma eleitoral em função do mecanismo local ou regional que lhes renova os mandatos. O saneamento das finanças em função das necessidades políticas de suas regiões e municípios. E assim por diante...¹⁶⁴

Os problemas brasileiros seriam adequados aos problemas pessoais dos políticos, configurando uma utilização pessoal do que é público. O artigo argumenta que várias das reformas de base seriam utilizadas para outros fins que não os seus originais. Desta forma, os políticos, taxados de “mediócras”, deveriam ser *expurgados*, em função da ausência da noção do “bem coletivo” que as reformas de base deveriam trazer para a sociedade.

¹⁶³ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. “Razão”. Porto Alegre, ano 2, n. 1, out. 1963, p. 38, Transcrito do *Correio da Manhã* – Rio – 7-6-63.

¹⁶⁴ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. “A Cegueira dos Mediócras”. op. cit., p. 36.

Os artigos desta categoria, de um modo geral, *expurgam* os políticos caracterizando-os como “demagogos”, “mediócras” e “populistas”, e argumentam de forma *racionalizada* que as reformas de base são exploradas para fins políticos nas mãos destes “demagogos”. Além disso, também associam os políticos ao “comunismo”, na medida em que a inação da administração estatal, que também é *expurgada*, abre espaço para a infiltração do “comunismo” e de suas propostas que minam o regime “democrático”. Desta forma, também há um apelo por uma *unificação* em defesa da “democracia”, que seria um sistema tradicional, colocando-se como a representação do Ocidente, dentro da polarização entre Ocidente e Oriente preconizada na DSN brasileira.

No contexto estudado, as formas simbólicas acima podem sustentar relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora, na medida em que criticam negativamente as propostas de transformação estrutural do Brasil que tinham a potência de fazer com que o país se desenvolvesse de forma diferenciada, dentro do contexto da campanha de desestabilização do governo de João Goulart pela conquista do Estado feita pela classe empresarial. Além disso, criticavam os políticos de um modo geral, pois supostamente manipulavam as “massas” em benefício próprio, o que também pode sustentar as relações de dominação supracitadas, uma vez que há a *reificação* do trabalhador, encarado como “massa” homogênea e passível de ser manipulada.

As idéias argumentadas até aqui em relação aos problemas brasileiros são convergentes com as dos outros capítulos. As críticas às reformas de base, à “comunização” do Estado e à inação dos políticos “demagogos” e “populistas” estão intimamente relacionadas com os embates entre as idéias do “mundo livre” e do “mundo comunista” no Brasil, com a polarização entre Ocidente e Oriente defendida pela DSN brasileira, e com as idéias de “humanização do trabalho” como uma “terceira via” para solucionar os problemas enfrentados. Estas formas simbólicas *racionalizadas* formaram um discurso coeso que gerou sentido às manobras que levaram ao golpe civil-militar de 1964 pela conquista do Estado por parte da classe empresarial brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos durante a pesquisa a respeito da possibilidade de as formas simbólicas estudadas sustentarem relações de dominação sistematicamente assimétricas entre a classe empresarial e a trabalhadora. Defendemos que, dentro do contexto estruturado em que tais formas simbólicas circulam, poderiam sustentar as relações supracitadas nos artigos referentes às três categorias de análise criadas.

As maneiras com que o sentido de tais formas foi mobilizado são muito variadas. Entretanto, as mais recorrentes são as estratégias de construção simbólica da *racionalização* e do *expurgo do outro*.

A primeira se refere a uma argumentação racional que legitima ou defende que alguma idéia é digna de apoio. O caráter “neutro” e “apartidário” assumido pela revista, como “esclarecedora da opinião pública”, são os fatores que validam a utilização de grande quantidade de *racionalizações* nos discursos analisados. A argumentação com pretensões de neutralidade era a tônica nos artigos analisados.

A segunda construção simbólica se refere ao “inimigo comunista” que deveria ser *expurgado* da sociedade no contexto de luta entre o Ocidente e o Oriente, polarização preconizada na DSN brasileira. João Goulart e seu governo estavam, na ótica da classe empresarial, associados à ascensão do “comunismo” no Brasil, devido à aproximação com os sindicatos e às propostas de reformas de base. Além disso, os políticos eram considerados “demagogos” e “populistas” na visão das direitas, e supostamente utilizavam seus cargos para obterem benefícios próprios, sem pensarem no bem público. O anticomunismo é evidente nestes dois tipos de *expurgo*.

Concluimos que há uma convergência entre os discursos da revista *Democracia e Empresa* e o pensamento da DSN brasileira, o da DSI, o da crítica à intervenção estatal, o da crítica aos políticos “demagogos”, “populistas” e “comunistas”, e o que orientou a reorganização empresarial pautada na “humanização do trabalho”. Tais pensamentos forneceram a coesão necessária ao discurso da classe empresarial para que fosse possível a conquista do Estado, visto que pressupomos que o público leitor da revista era a própria classe empresarial. A partir da suposta guerra entre Ocidente e Oriente e da defesa hemisférica da civilização cristã ocidental, que também significava a defesa da “democracia”, o

anticomunismo foi mobilizado pelas direitas contra João Goulart, seu governo, e também todas as esquerdas do período. Simultaneamente, a DSI, através da encíclica *Mater et Magistra*, criticava tanto o “comunismo” como o capitalismo exacerbado, abrindo espaço para uma “terceira via” que implicava, na ótica da classe empresarial, fortalecimento da “democracia” e do próprio sistema capitalista, preconizando que este funcionasse de forma mais “humanizada”. Daí a proposta de “humanização do trabalho”, onde haveria colaboração entre patrão e empregado na produção de riqueza, o que, segundo a classe empresarial, se aproximaria de práticas “socialistas” dentro do próprio capitalismo. Isto seria benéfico, conforme a visão de tal classe, visto que não haveria necessidade de apoiar propostas “comunistas”, como era considerada a crescente intervenção estatal, por exemplo. Todas estas idéias fazem parte das argumentações das formas simbólicas analisadas ao longo da pesquisa, e que podem ter servido para sustentar relações de dominação.

Concluimos também que as idéias de “humanização do trabalho” presentes no início dos anos 1960 constituíram o embrião do que viria a ser o modelo de produção *toyotista* no Brasil, que só despontou mundialmente nos anos 1980. Tais idéias, que estão inseridas no processo de reestruturação da empresa privada e de reafirmação da importância de seu papel e da iniciativa privada na sociedade, continuaram se desenvolvendo. Na ditadura civil-militar há uma adaptação ao modelo de produção *toyotista*, que engendrou um novo tipo de reificação da consciência do trabalhador, o qual se torna pró-ativo nas sugestões que possam aumentar a produtividade da empresa e de seu próprio trabalho. Este modelo servia às necessidades do desenvolvimento econômico orientado sob os preceitos da DSN brasileira e sustentado por um Estado autoritário e repressor.

O IPESUL mantinha relações com a FARSUL, com Ildo Meneghetti, e possuía grandes empresários gaúchos entre seus sócios-fundadores. Participou ativamente da campanha de desestabilização do governo de João Goulart através da publicação de *Democracia e Emprêsa*. O Instituto também colaborou na campanha que elegeu Ildo Meneghetti governador do Rio Grande do Sul pelo PSD. Com estes apontamentos e o que foi argumentado no Capítulo 1, contribuimos brevemente com a história da formação do IPESUL.

Restaram várias lacunas ao final desta pesquisa, que poderão ser mais bem trabalhadas em uma futura dissertação de mestrado, visando à continuidade deste

estudo. É necessário dar mais atenção à atuação do IPESUL além da publicação de *Democracia e Empresa*, e aprofundar a análise a respeito das inter-relações entre a classe empresarial gaúcha e o governo de Ildo Meneghetti. Além disso, faltou um estudo apurado sobre os empresários que compunham a estrutura do IPESUL, e uma análise do funcionamento interno do Instituto. Outra lacuna se trata dos principais autores de artigos selecionados pela revista, e também os autores de artigos escritos especificamente para o IPESUL, ou pela própria equipe do Instituto. Deve-se pesquisar suas trajetórias de vida e suas possíveis inserções no meio empresarial. Outra questão que merece atenção é a busca pela documentação relativa ao IPESUL, que é escassa e não se encontra na sua sede, o Palácio do Comércio, em Porto Alegre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Ernani de. "Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978". In: *CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA*, 2., 2005, Passo Fundo, p. 13. Disponível em: <<http://www.2csh.clio.pro.br/jose%20ernani%20de%20almeida.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAMACHO LARAÑA, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. "As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 36, n. 2, ps. 101-118, 1993.

CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORBISIER, Roland. "Lógica e cronologia das reformas". In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006, ps. 147-173.

CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963)*. 2005. 269 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento: 1964-1974*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Editora da ULBRA, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, ps. 29-60, 2004

GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JORNADA, Maria Isabel Herz da. "Os industriais gaúchos e a política salarial: 'por quem os sinos dobram'". *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 10, n. 1, ps. 47-72, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1277/1643>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

LUCA, Eraldo de. *Enciclopédia das sociedades comerciais*. Porto Alegre: Sulina, 1961

MIX, Miguel Rojas. "La dictadura military en Chile e América Latina". In: WASSERMAN, Cláudia (org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, ps. 11-25.

MORAES, João Quartim de. "O efeito desmistificador de *A Conquista do Estado* na análise das bases sociais da contra-revolução". *Revista Eletrônica Premissas*, v. 1, n. 01, os. 131-146, 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.09.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. “A economia de mercado como um sistema de perfeita liberdade: notas a partir do pensamento de Adam Smith”. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 8, n. 88, ps. 65-74, set. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88oliveira.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, ps. 319-377.

RODEGHERO, C.S. “Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul”. In: GERTZ, René E.; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 04, ps. 83-112.

RODRIGUES, Rubem. *Do outro lado do riacho: a história da cardiologia no Rio Grande do Sul*. Vol. 1. Porto Alegre: AGE, 2001.

SCHILLING, Voltaire. *Ocidente x islã*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SEABRA, R. L. “A reestruturação produtiva e a constituição da utopia burguesa”. In: *SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, 3., 2008, Londrina, p. 1. Acesso em: 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/raphaelseabra.pdf>>. (grifos no original).

SILVEIRA, Helder Gordim da. “A Política Externa do Regime Militar: Origens Ideológicas na Geopolítica da Escola Superior de Guerra Segundo Golbery”. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, ps. 71-77.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOBRAL, João. “A Doutrina Social da Igreja e a Democracia-Cristã – A marca de João Paulo II–”. *Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais*. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/dsi_e_democracia_crista_marca_jpll.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2009.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. "1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, ps. 27-48, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século XX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

DEMOCRACIA E EMPRÊSA. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1962-1964. Mensal.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

Movimento, Rio de Janeiro, n.6, out. 1962.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 9, 10 dez. 1960.

ANEXOS

ANEXO A – Panfleto de assinatura da revista *Democracia e Empresa*

**REVISTA DE DEMOCRACIA
E
EMPRESA**

VOCÊ, COMO BRASILEIRO E DEMOCRATA, DEVE LER E ASSINAR A REVISTA "DEMOCRACIA E EMPRESA".

PUBLICAÇÃO MENSAL, ABORDANDO TEMAS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS, ESTA REVISTA É UM VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO DOS IDEAIS DE LIBERDADE, DE HARMONIZAÇÃO ENTRE O CAPITAL E TRABALHO, E DE FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE CRIADORA NO PAÍS.

FAZENDO SUA ASSINATURA ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 1963, VOCÊ RECEBERÁ GRATUITAMENTE UM EXEMPLAR DA EDIÇÃO ESPECIAL DESTA REVISTA, ONDE É FORNECIDA ORIENTAÇÃO PRÁTICA PARA A INSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO POR PESSOA JURÍDICA.

OS PEDIDOS DE ASSINATURAS DEVEM SER FEITOS DIRETAMENTE AO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL — "IPESUL" — EDIFÍCIO PALÁCIO DO COMÉRCIO, 4.º ANDAR — CONJUNTO N.º 401 — PORTO ALEGRE.

O VALOR DA ASSINATURA ANUAL: PORTE SIMPLES — CR\$ 500,00; REGISTRO SIMPLES — CR\$ 980,00; REGISTRO AÉREO — CR\$ 1.200,00, DEVE SER PAGO POR CHEQUE.

SOLICITE A SUA ASSINATURA PREENCHENDO O CUPOM ABAIXO E ENVIANDO-O PARA O NOSSO ENDERÊÇO:

Anexo ao presente estamos remetendo o cheque n.º.....
 contra o Banco
 em pagamento de assinatura(s) da Revista "Democracia e Empresa".
 Porte simples Registro simples Registro aéreo

Nome:

Enderêço:

Observações:

ANEXO B – Capa da primeira edição de *Democracia e Empresa*